

Relatório Técnico-Científico

O projeto intitulado: *Johannes Althusius e a Revolta Holandesa: direitos naturais e soberania popular*, foi iniciado com a expectativa de que a figura central, Johannes Althusius, fosse ganhando cada vez mais destaque na medida em que a mesma avançasse, de fato, em certa medida isto aconteceu, contudo, quanto mais mergulhávamos no universo contextual histórico, mais percebíamos que a temática da Revolta Holandesa se mostrava importante na tentativa de compreensão da construção da obra de Althusius, mas no Brasil a literatura sobre o assunto era quase escassa.

Foi aí que percebemos a necessidade de investir pesado neste assunto e nos propusemos a traduzir o livro de KOSSMANN, E.H. MELLINK, A.F. *Texts concerning the revolt of the netherlands*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Este livro em português terá como título: *A guerra de panfletos: religião e política na Revolta Holandesa*, que pretendemos seja publicado pela Editora Mackenzie. Este trabalho é uma parte do que fizemos ao longo de 2017 e serve como exemplo do avanço científico promovido na área, e como trata-se de um texto de mais de 300 páginas, selecionamos parte dele (Introdução – apresentada de forma bruta, ainda sem as correções finais) e anexamos abaixo. Depois deste texto é possível encontrar um texto em inglês, intitulado: *Theological and Philosophical aspects in the thought of Johannes Althusius*. Este artigo sairá no segundo semestre num livro publicado pela editora Springer e que terá como título: *Why Religion? Towards a Critical Philosophy of Law, Peace and God*. Pode-se dizer que este artigo também promove o avanço científico da área.

Introdução do livro: Texts concerning the revolt of the netherlands.

Como a maioria das discussões históricas, a revolta Holandesa é um assunto complicado, caótico e até inconclusivo. Continua extremamente difícil avaliar o impacto de fatores como religião e depressão econômica, geralmente incluídos sob o rótulo geral de *Revolta das Países Baixos*. Até mesmo este termo, aliás, está aberto a muitas críticas. Alguns católicos romanos, outros protestantes foram motivados por várias ações, em nenhum momento foi possível distinguir um partido abertamente que realmente poderia fazer a afirmação de que era apoiado pela maioria das pessoas.

Depois de serem discutidos inúmeros motivos que explicavam Revolta, como religião, economia, política, hoje a história procura as principais causas. Os inúmeros distúrbios ao longo dos séculos podem ter uma explicação simples. A oposição em 1560 foi em essencialmente diferente da de 1580, inspirado em outros ideais e outros ressentimentos. E é igualmente vago distinguir na Revolta os estágios por analogia com a Revolução Francesa. A Revolta foi um longo processo de distanciamento não só entre os Países Baixos e o soberano que reside na Espanha, entre protestantes e a Igreja estabelecida, entre os pobres e a burguesia ou a burguesia e a aristocracia, mas também entre as diversas áreas dos Países Baixos. O resultado foi anarquia, desintegração e guerra civil. Foi para esses desafios que pequenos grupos de pessoas reagiram ao criar governos próprios em algumas províncias, capazes de organizar a vida de forma mais satisfatória, na força de um território reduzido e com responsabilidades mais limitadas. Eles se separaram da Espanha, bem como de seus vizinhos, entrando-se em um particularismo antiquado, que seria exagerado para personagens como o clímax e o cumprimento do esforço revolucionário.

A discussão que começou no século XIX sobre se a Revolta era moderna e revolucionária ou conservadora em sua natureza não nos levou a lugar nenhum. A antítese não faz sentido em um contexto do século XVI. Na medida em que os acontecimentos dos anos 1570 e 1580 produziram novos estados, dos quais a República Holandesa se desenvolveu gradualmente, os distúrbios eram decididamente revolucionários. Mas é claro que não se pode dizer que os líderes do movimento conscientemente se propuseram a construir uma nova nação. Aconteceu que emergiu de falhas e erros, como um *pis aller* em vez de como a realização de um ideal positivo. Os elementos conservadores e revolucionários foram inextricavelmente misturados. A interpretação errada do precedente histórico, além disso, permitiu que a oposição se sentisse perfeitamente segura

em suas atitudes conservadoras, embora, à luz da pesquisa moderna, fique claro que eles estavam inovando. Mas isso é certo: a Revolta não foi feita pelos teóricos, não se baseava em um sólido conjunto de doutrinas políticas. Se, de fato, fosse às vezes revolucionário e produzido em algumas áreas uma forma de sociedade e governo que poderia ser chamado de moderno em comparação com os de outros estados, como o sul da Holanda ou a Espanha, isso era resultado de forças econômicas e sociais não controladas, nem mesmo claramente distinguido pela oposição.

2

A abdicação de Charles V em 1555 representou o fim de uma era. Seu filho e sucessor como soberano dos Países Baixos, Philip II, não era apenas uma personalidade bastante diferente, educada na Espanha, em vez de Flandres, mais ingênua do que seu pai, cujas constantes viagens e infinitas e variadas respostas o impediram tornando-se doutrinário, suas funções e as possibilidades abertas para ele também eram curiosas. É claro que isso significa muito aos habitantes dos Países Baixos que seu soberano não era mais imperador alemão, pois a dignidade imperial tinha lançado um brilho sobre Charles e sobre seus assuntos. Além disso, o tratamento de Charles sobre o assunto religioso na Alemanha deu aos dissidentes holandeses espaço para esperar que, também no seu país, a tolerância fosse concedida. No entanto, sob Philip II, havia poucas chances de que os não conformistas fossem deixados, e os meios de sobrevivência que, logo se tornariam disponíveis, em uma grande parte da Europa central e ocidental: na Alemanha, na França, (onde de 1562 vários edictos foram emitidos, o selo da contrarreforma de Philip provavelmente imporá a seus domínios do norte um modo de vida que os isolaria e separaria seu desenvolvimento do dos seus vizinhos. Os Países Baixos se tornariam uma grande ortodoxia rigorosa, com cuidado fechado a influências do exterior, com sua própria hierarquia e sua própria universidade.

Claro que esse ideal não se originou com Philip II. Era um corolário do que costumávamos chamar de políticas de centralização da Borgonha, e Charles V havia acelerado muito o crescimento para a autarquia. Felipe II apenas continuou o que Charles V tinha começado. Foi Charles que começou na década de 1520 a perseguição das várias seitas - Sacramentariantes, Anabatistas e, muito depois, calvinistas - que encontraram amplo apoio na Holanda. Quando em 1558 Felipe II colocou diante do Papa um projeto detalhado contendo uma completa reorganização do episcopado nos Países Baixos - em 1559 o Papa emitiu um parecer em que ordenou a proposta a ser realizada - ele estava

apresentando um projeto que tinha sido na fabricação desde 1525 e estava agindo sob a instigação de seu pai. O novo arranjo foi concebido de forma a tornar os bispos na Holanda independentes dos estrangeiros. Em vez dos cinco bispados do antigo regime, supervisionados por um arcebispo alemão e francês, o Papa instituiu quatro bispados nas áreas valões (sob o arcebispo de Cambrai), seis nas partes holandesas do sul da Holanda (sob o Arcebispo de Mechlin) e cinco no norte dos Países Baixos (sob o arcebispo de Utrecht). Do ponto de vista puramente administrativo, esta era uma medida admirável e cuidadosamente considerada que poderia ser esperada para aumentar a eficiência do episcopado.

3

No entanto, foi um dos principais fatores no movimento perigoso em direção à anarquia. Em agosto de 1559, Felipe II partiu para a Espanha e gradualmente se tornou absorvido na luta dramática com os turcos. O governo da Holanda, apesar de bem organizado em papel, foi de fato muito fraco. Tinha pouca coerência e menos dinheiro. O regente recém-nomeado, Margaret de Parma, foi um pouco desamparado e procurou o conselho regular de homens como Antoine Perrenot de Granvelle (1517-86) ou Wigle van Aytta (Viglius, 1507-77), ambos de áreas distantes, Franche Comte e Friesland e profundamente leais à dinastia a que deveram sua carreira como *noblesse de robe*. Isso fez com que a alta nobreza e o clero das áreas centrais sejam suspeitas, eles temiam que o governo em vez de ser exercido pelos três conselhos chamados de colaterais estabelecidos por Charles V - o Conselho Privado, o Conselho de Finanças e, o mais alto de tudo, o Conselho de Estado - estava de fato concentrado nas mãos de um pequeno número de pessoas diretamente dependentes do regente. Desde o início, o debate feroz sobre a organização eclesiástica foi em parte político. Com desconfiança indisfarçada, muitas das cidades escolhidas para serem vistas episcopais protestaram contra esta honra. Antuérpia especialmente temia que as atividades de um bispo local tornassem o porto inacessível aos comerciantes alemães e luteranos e, assim, arruinassem seu comércio. Essa reação tipifica o caráter da oposição contra o novo sistema, autocentrado e orientado para o interior. Além disso, os decretos prejudicaram todos os tipos de interesses locais. Em primeiro lugar, o clero no ducado de Brabante sentiu-se humilhado por um arranjo que lhes impunha a magistral figura de um arcebispo (Granvelle) e privou alguns grandes mosteiros, destinados a serem governados pelos novos bispos que assim encontrariam os meios financeiros eles precisavam de seu direito de eleger livremente seus próprios abades. Ao mesmo tempo, a nobreza, usada para exercer várias formas de patrocínio e

para obter para os filhos mais jovens, pastas eclesiásticas gordas ou prebendas, logo viu que os regulamentos precisos do Conselho de Trento sobre os compromissos da Igreja e o padrão de aprendizagem exigido para altos cargos, regulamentos que o episcopado novo e eficiente sem dúvida exigiria, era obrigado a fazê-los perder sua influência sobre a Igreja. No clérigo e nobreza de Brabante, todo poderoso nos Estados provinciais, estavam unidos em sua reação às medidas de Felipe.

Inevitavelmente, os protestantes temiam a nova organização, pois fortaleceria a Igreja, mas eles ainda não desempenharam um papel decisivo na oposição. No entanto, eram suas ansiedades, sua agitação, sua profunda desconfiança do governo do rei que o clero e a nobreza exploravam para enfatizar a seriedade da situação.

4

O rei ficou devidamente impressionado. Ele estava além disso envolvido em suas preocupações mediterrâneas até certo ponto, o que não lhe permitia tomar iniciativas firmes na Holanda. Sem abandonar nenhum dos seus princípios, ele "cauteloso o suficiente para retirar algumas inovações particularmente ofensivas de forma visionária (por exemplo, o bispado de Antuérpia) e para enviar o servo que ele tinha encarregado da execução de seus decretos e feito da Igreja dos Países Baixos, O cardeal Granvelle. Quando esse homem muito odiado deixou o país em março de 1564, a oposição, agora apoiada pelo próprio regente, aparentemente era o vencedor.

Desde o início de 1564 até meados de 1566, entre os nobres que não gostavam das tendências de que Granvelle, o realista e o absolutista, parecia o símbolo vivo, eles controlavam o governo. Depois de nove anos de discussões constantes entre o rei e vários grupos de seus sujeitos, anos durante os quais o soberano, porém com cautela, estava preso a seus próprios métodos, uma parte da oposição podia entender e exercer poder. O líder desse grupo era William de Orange (1533-84). Ele nasceu na Alemanha, o filho mais velho do Conde William de Nassau-Dillenburg, mas foi educado em Bruxelas como um dos favoritos de Charles V. Ele devia seu excelente status entre os nobres de Borgonha ao seu título de príncipe soberano do principado minúsculo de Orange na França e aos seus grandes domínios nos Países Baixos, especificamente em Brabant. Ambos entraram em sua posse em 1544, quando seu primo René de Chalons morreu em batalha, com vinte e seis anos e sem filhos legítimos. É importante que a contagem e a condessa de Nassau, que eram luteranos ou a ponto de se tornarem luteranos, permitissem que seu filho mais velho fosse transformado em um nobre católico leal e dependente do imperador, pois indica que, em 1544 e anos seguintes algum tipo de entendimento ou compromisso entre

os reformadores e as autoridades católicas romanas na Alemanha e na Holanda ainda não parecia totalmente impossível. Apesar de a situação ter se tornado, ainda não tinha encontrado um impasse completo.

Durante a década de 1550 e no início da década de 1560, a perspectiva de William era um reflexo das incertezas do início do século XVI. Ele era um católico, mas de uma forma bastante fácil. Ele ainda não tinha objeções fundamentais à perseguição dos hereges, mas ficou céptico com os resultados e usou de sua crueldade. Parecia tão imprudente retirar os edictos antiprotestantes de Carlos V para colocá-los. O primeiro significaria caos religioso, mas o segundo - se possível - a ruína nacional. Politicamente, ele não era um reacionário. Na verdade, ele não podia estar. Seu grupo social era tradicionalmente dependente da dinastia Borgonha.

5

Foi para Charles V e seus predecessores que ele e seus colegas deviam suas altas posições, seus escritórios, seu prestígio e seu imenso orgulho em serem os nobres mais ricos do país mais rico da Europa. William de Orange não era o representante de uma perspectiva "feudal", embora, naturalmente, ele usasse, quando obrigado a definir suas atitudes em palavras, a terminologia da Idade Média *feudal* e enfatizou seu dever, como um vassalo da Rei, para se opor a medidas que ele considerava prejudiciais para o bem-estar dos bens do rei. Mas, na medida em que a dinastia representava uma modernização moderada do estado, uma forma moderada de centralização e de ordem, William de Orange e seus seguidores o apoiam leal e escrupulosamente.

Embora Philip II não altere radicalmente as políticas de Charles V, ele era um homem diferente com um passado diferente e vivia em um clima de opinião em rápida mudança. Os problemas deixados sem solução por décadas, as perguntas deixadas sem resposta, as atitudes deixadas vagas, exigiram uma direção mais definida. Tornou-se claramente impossível controlar o desenvolvimento religioso se os tribunais fossem autorizados a impor os edictos apenas ao acaso e de acordo com seus caprichos. Igualmente, era impossível melhorar as finanças se os Estados provinciais e os Estados-Gerais pudessem aproveitar a ausência do rei e ser muito menos popular do que seu pai e recusar subsídios. O prestígio real, manifestamente em declínio durante a década de 1550, teve que ser melhorado. Durante o final da década de 1550 e no início dos anos 1560, Philip II tentou fortalecer o governo central. Ele falhou, talvez não tanto porque seu governo era realmente mais opressivo do que o de seu pai, mas porque sua óbvia fraqueza, sua lentidão destruíam a confiança, deixando a impressão de que este homem era muito

menos capaz do que Charles V para trazer prosperidade e ordem .

Se a oposição a quem o poder caducasse automaticamente após a partida de Granvelle assumir qualquer princípio, era que as incertezas do início do século XVI deveriam ser preservadas, seja qual for o custo. Do ponto de vista do rei e seus seguidores, o custo era, naturalmente, injustificadamente alto. Mas a opinião geral sobre o domínio dos nobres também foi muito desfavorável, mesmo entre aqueles historiadores que estão em simpatia com os objetivos da Revolta e aclamam suas realizações. Os nobres são criticados pela falta de capacidade administrativa, bem como por sua incapacidade de compreender os fundamentos da situação e apreciar os méritos do protestantismo radical. Seu governo foi caracterizado como medieval e reacionário, como frívolo e egoísta, totalmente e desconsideradamente irresponsável. No entanto, deve-se lembrar que, se eles falharam, os administradores tão altamente elogiados como Granvelle, a quem dirigiram, e Alva, por quem eles foram esmagados. Também deve ser percebido que seu objetivo era reverter para o sistema de Charles V e não para o da era pré Borgonha há muito esquecida.

6

A fraqueza de seu governo não foi causada principalmente por sua falta de habilidade ou espírito público, mas por sua falta de poder. Eles herdaram as fraquezas do governo de Filipe, pelas quais eles se culparam em parte: eles tinham um exército muito pequeno e muito pouco dinheiro. Além disso, a ordem no século XVI foi baseada em um sistema cuidadoso de patrocínio. Philip tinha destruído este sistema, afim de aqueles homens de cuja boa vontade o regime descansava. Claro, ele não estava preparado para deixar os nobres que, eram hostis a ele, exploravam os meios de patrocínio em sua posse, com o resultado de que as promessas feitas pelos nobres às pessoas cujo apoio eles esperavam se alistar, não poderiam ser realizado. Havia sido possível para Charles V manter a situação em equilíbrio, apesar de, ou graças a suas incertezas terríveis. Agora que o prestígio imperial desaparecera e o prestígio real estava desaparecendo, as incertezas que os nobres ainda tendiam a considerar como um fator estabilizador tornaram-se uma anarquia completa.

Assim como a anarquia tornou possível o calvinismo se espalhar rapidamente, o desenvolvimento religioso intensificou a anarquia. A partida de Granvelle foi o sinal de que muitos emigrantes militantes retornassem de seus refúgios na Alemanha e na Inglaterra. Embora os nobres não tenham publicado edictos de tolerância (obviamente, eles não conseguiram fazer isso sem ordens reais), muitos advogados e juizes e o público em geral consideraram que o antigo *placaten* perderia a validade e não estava preparado

para aplicá-los por mais tempo. A perseguição foi gradualmente interrompida. Ao mesmo tempo, o calvinismo fez sua entrada na Holanda, importado principalmente por ministros franceses que aproveitaram as circunstâncias para entrar nas áreas francófonas do sul e rapidamente atraíram grandes públicos, especialmente nas cidades industriais e no campo da Flandres do Sul. Isso alterou abruptamente a situação religiosa e aumentou imensamente a complexidade dos problemas. Pois havia uma seita que, bastante diferente do luteranismo que foi adotado pelos príncipes alemães, estava aprendendo a maneira difícil de se opor aos príncipes. Aqui estava um credo provavelmente, em princípio, não mais revolucionário do que qualquer outro credo do século XVI, mas como um atrasado, em quase todos os países expostos ao ódio sistemático dos governantes e, portanto, obrigados pela extrema necessidade de desenvolver meios de resistência desconhecidos para o 'Heresias' que surgiram algumas vezes antes e poderiam esperar alcançar o sucesso mundano com mais facilidade. O que nenhuma das seitas mais antigas da Holanda aspirava a alcançar era para os calvinistas um pré-requisito óbvio e imediato: a organização de uma comunidade disciplinada e militante. Para eles, isso claramente representava sua única esperança de sobrevivência.

7

A expansão do calvinismo no sul dos Países Baixos, particularmente em Flandres, ocorreu muito antes de alcançar o sucesso em que se tornaria mais tarde suas fortalezas: Holanda, Zelândia e Friesland. Talvez as condições sociais e econômicas nas províncias do sul mais industrializadas contribuíram para a rápida disseminação da nova doutrina entre as classes médias baixas e os trabalhadores em centros urbanos como Tournai, Valenciennes e, um pouco mais tarde, Antuérpia. Também é possível que, graças ao pobre alívio organizado pelas congregações reformadas, uma série de pessoas indigentes foram levadas a se juntar a elas, mas isso não alterou substancialmente sua composição social, que permaneceu predominantemente classe média e trabalhadora inferior. Isso torna um pouco céptico sobre a hipótese de que, nos eventos que levaram aos tumultos de 1566, os "pobres" calvinistas deveriam ter desempenhado o papel de uma vanguarda revolucionária que desejava realizar reformas sociais. No norte dos Países Baixos, de qualquer forma, onde o calvinismo não se estabeleceu firmemente antes de 1572, esse elemento não era de vital importância. De fato, as congregações calvinistas refletiram a composição social normal das comunidades urbanas porque os grandes comerciantes e empresários também frequentemente exerciam influência importante. Embora o calvinismo na Holanda tenha adotado algumas características originais, tanto sua

confissão quanto sua organização deviam muito ao modelo francês com seus presbíteros, locais unindo-se em classes e províncias da igreja. Graças a este sistema, as congregações locais mantiveram uma autonomia bastante grande. Mas como os consertos preenchiam as vagas por opção não por novas eleições, não era uma organização democrática.

No final de 1565, a situação ficou fora de controle. Philip, que ficou em silêncio por um longo período de tempo, declarou abruptamente que não aceitou nenhuma das propostas do Conselho de Estado. Ele reafirmou sua decisão de manter a inquisição e se recusou a levantar o Conselho de Estado acima dos outros conselhos. Quando a carta do rei (Documento 1) foi divulgada nos Países Baixos, a reação foi intensa. Naquela época, não era a nobre do escritório que ocupava o Conselho de Estado que assumiu a liderança, mas a chamada *baixa nobreza*, alguns deles das mesmas famílias e rank como os conselheiros, mas sem altos cargos. Os objetivos do *Compromisso* dos nobres foram claros em uma declaração (Documento 3) e em um panfleto importante (Documento 2) do francês calvinista Francois du Jon (Junius). A ênfase era agora inteiramente sobre a religião. Junius defendeu a liberdade religiosa para as igrejas protestantes organizadas e advertiu contra tentativas de atrasar isso por mais tempo.

8

A experiência, afirmou que viria de qualquer forma, uma vez que nenhuma autoridade pode parar o processo. Mas continuou e, a longo prazo, em qualquer caso, ataques infrutíferos contra o protestantismo organizado, ele temeu, além da disseminação de todas as opiniões e seitas desorganizadas, indisciplinadas, social e politicamente perturbadoras. Desta forma, Junius apresentou o Calvinismo como uma alternativa politicamente e espiritualmente segura ao catolicismo, que seria sensato tolerar para evitar que o ateísmo, o libertinismo e o anabaptismo se desenvolvessem ainda mais. Pouco depois, William de Orange adotou a mesma atitude (Documento 8). Na Reclamação bem conhecida (Documento 4), o mesmo problema foi considerado, mas sem referência às seitas perigosas. Os nobres pediram que toda perseguição fosse interrompida até que os Estados Gerais fossem convocados para estudar meios mais adequados para lidar com a questão. Esta foi uma proposta distante de inesperada, mas ainda muito importante. Os nobres que declararam de maneira "feudal" que era seu dever como vassalos do rei informá-lo sobre o que realmente estava acontecendo, sugeriu ao mesmo tempo que as decisões sobre questões religiosas deveriam ser tomadas com o consentimento dos Estados representativos Gerais que Philip II não havia chamado desde as experiências desagradáveis que ele teve com eles no final da década de 1550.

As propostas do pedido só foram parcialmente implementadas. O regente concordou em enviá-los para Felipe II e ordenar aos inquisidores que procedessem "discretamente e modestamente em seu escritório", mas isso não era suficiente. Na sua interessante narrativa de eventos em 1566 (Documento 5), Wesenbeke enfatiza a profunda decepção que surgiu na Holanda quando se tornou conhecido que os Estados-Gerais não deveriam ser consultados. Em vez disso, os estados e conselhos locais das províncias valonas - considerados muito menos "acostumados à liberdade" do que os outros - foram informados das decisões do regente sem ter a oportunidade de discuti-los. Somente depois de terem sido forçados a aprovar, o governo apresentou o assunto aos Estados de Brabante e Flandres. Isto, sugere o escritor, era uma maneira totalmente inadequada de consultar os habitantes e eles estavam certos de protestar violentamente e não prestar atenção às medidas governamentais. Mais uma vez, ficou claro que grandes setores da população estavam agora convencidos de que as políticas religiosas deveriam ser decididas pelos Estados Gerais e não apenas pelo soberano. Philip II objetou que tudo isso era desnecessário, pois ele de nenhuma maneira mudou a legislação religiosa de seu pai (Documento 6). Ele provavelmente estava certo. No entanto, o debate continuou em novas áreas. Os nobres e a oposição geralmente argumentaram que, porque a política religiosa tradicional havia falhado - é claro que eles estavam certos em pensar que havia falhado - era dever dos representantes do povo aconselhar o soberano sobre as novas políticas.

9

Embora fossem cuidadosos em não declarar sem rodeios que a política religiosa do soberano sempre estava sujeita à aprovação dos Estados Gerais, eles vagamente sugeriram que havia privilégios e liberdades antigos que pareciam sugerir tal possibilidade e que, de qualquer forma, as perseguições levavam fortemente à Países Baixos para a prosperidade de que eram responsáveis tanto para os habitantes quanto para o rei. Desta forma, o problema religioso estava associado ao problema constitucional que enfrentava todos os governos do século XVI; Durante décadas, deixou-se claro se o soberano, os "parlamentos" ou os dois acabariam por lucrar com o aumento do poder estatal que havia se desenvolvido desde o final do século XV.

Na carta de 31 de julho de 1566, Philip II fez algumas concessões, embora limitado - a liberdade religiosa não foi concedida - eles ainda constituíam um reconhecimento da derrota. O reconhecimento foi de meio coração - no dia 9 de agosto, o rei declarou ante um notário que suas concessões eram extorquidas pela força - e o efeito prático era nulo. Quando a carta chegou aos distúrbios da Holanda, radical a um

grau sem precedentes, ocorreram que destruíram a política do rei e a oposição. Os *Motins Iconoclásticos* começaram em 10 de agosto de 1566 nas áreas industriais do sudoeste da Flandres, eles se espalharam rapidamente por Antuérpia para o norte em várias cidades da Holanda e chegaram a Frísia e Groningen na primeira metade de setembro. Tesouros da Igreja sem valor - de imagens, vestimentas, órgãos e manuscritos únicos - foram destruídos. Quando a tempestade foi explodida, era impossível estimar as perdas. O governo central era impotente; Muitos governos locais, dependentes de Bruxelas, não conseguiram fazer uma aparência de resistência. Talvez mais importante ainda fosse a indiferença da maioria da população. O que parece caracterizar a situação em todos os lugares onde a fúria iconoclasta ocorreu foi o fracasso do clero católico romano em obter ajuda efetiva. O rápido sucesso do movimento foi a prova não só da popularidade relativa do calvinismo, mas, sobretudo, do anticlericalismo profundo desenfreado em todos os setores da sociedade.

Ainda é impossível explicar o fenômeno completo de forma satisfatória. É claro que fatores econômicos devem ter contribuído para a exasperação de maneira geral. Em toda a Europa, a economia encontrou dificuldades durante a década de 1560. No entanto, no verão de 1566, os preços dos alimentos na Holanda não eram particularmente elevados e não há motivos para assumir que a miséria era mais aguda do que anteriormente. Não era miséria, era mais o medo da miséria ou da prosperidade reduzida que tornava a classe média baixa e média nervosa.

10

Após um aumento acentuado dos salários no início da década de 1560, devido ao boom que seguiu a paz de Cateau-Cambrésis em 1559, a economia mostrou sinais de declínio. Com o aumento dos preços dos grãos e o aumento do desemprego, os salários tenderam a diminuir. As classes médias temiam que o período de expansão rápida e contínua que caracterizasse o início do século XVI estivesse se esgotando. A crise econômica foi sentida como iminente. Isso pode ajudar a explicar por que as classes médias dificilmente tentaram impedir o movimento iconoclasta. Eles não sentiam lealdade a uma Igreja, a um governo e a uma ordem social tão obviamente incapaz de controlar o desenvolvimento e tão ignominiosamente impotentes diante do descontentamento universal. Se alguma coisa, os tumultos provaram que as amplas secções da população de classe média e baixa da Holanda se tornaram radicalmente afastadas da tradição.

É impossível generalizar sobre o número de pessoas envolvidas no ato de quebrar

a imagem. Quando tomados em conjunto, o número deve, evidentemente, ter sido grande, mas, exceto talvez no início da Flandres, os distúrbios não assumiram a forma de um aumento espontâneo das massas. Em alguns lugares, até mesmo é possível detectar ações organizadas eficientemente por grupos bastante pequenos de protestantes. No entanto, a suspeita de que todo o movimento foi organizado metodicamente de acordo com um plano mestre elaborado pelos nobres ou os calvinistas em uma escala nacional, nunca foi fundamentado. Além disso, é ilógico e improvável. O trabalho real de destruição realizado exclusivamente pelos calvinistas? Neste caso também é difícil de generalizar. O que é certo é que, em algumas localidades, não os membros burgueses calvinistas, mas religiosamente bastante indecisos, das classes mais baixas foram às igrejas ou mosteiros e derrubaram as imagens. Eles fizeram isso apenas raramente para saquear. É claro que é preciso assumir que, ocasionalmente, a propriedade da igreja foi simplesmente removida pelos indivíduos apenas com fins lucrativos. Essencialmente, no entanto, o movimento foi inspirado por motivos religiosos que levaram as pessoas a destruir, não roubar, peças valiosas. A destruição, porém, não era o objetivo final e não o único. Afinal, as igrejas descobertas de tesouros e imagens estavam aptas como locais de culto para os calvinistas que, na primavera e no verão, talvez se contentassem em se reunir no campo aberto, precisavam desesperadamente a cobertura para o próximo inverno.

Os acontecimentos foram desconcertantes, mesmo para os calvinistas. Em 1567, Marnix de St Aldegonde, um jovem de vinte e poucos anos, um humanista versátil e cosmopolita convertido ao calvinismo, que deixou os Países Baixos pouco antes da chegada de Alva, fez um esforço para justificá-los e reconciliá-los com a doutrina política calvinista (Documento 9). Sua complexa e reveladora alegação mostra a dificuldade da tarefa assustadora.

Mas uma coisa é certa: o movimento implicou consequências desastrosas, tanto para os calvinistas quanto para o governo de William de Orange. Destruiu o sistema do status quo, que era todos os nobres no poder, podiam se opor aos projetos de Philip. Os próprios nobres estavam cientes disso e, com poucas exceções, se juntaram ao regente apressando-se a reunir forças para combater a desordem e a agitação social que eles temiam. No decorrer de apenas alguns meses, Margaret conseguiu reforçar seu prestígio trabalhando com cuidado e paciência para um novo entendimento com os nobres que, desacreditados como eram pelos eventos do verão, estava ansiosa para se alistar como defensores de seu anti-políticas protestantes de lei e ordem. Ela sabia que os nobres não

organizaram os tumultos iconoclasta. Ela descobriu que a maioria dos que ocupavam cargos do governo ficaram chocados e desanimados com os distúrbios. Ela esperava que eles estivessem preparados para fortalecer seu poder, de modo a tornar possíveis surtos similares no futuro. O documento 10 dá uma imagem viva da extensão da reação que se estabeleceu após a quebra de imagem.

No entanto, Philip II e seus conselheiros em Madri interpretaram a situação de uma maneira completamente diferente. Em sua opinião, os excessos deploráveis estavam obviamente planejados e, em última instância, a oposição política era responsável por eles. À medida que a boa vontade do soberano e suas inúmeras concessões levaram aos acontecimentos de agosto de 1566, era imperativo alterar radicalmente as políticas. No outono de 1566, foi decidido enviar tropas espanholas experientes para os Países Baixos, onde se juntariam soldados alemães e neerlandeses; Era pretendido assim reunir um exército de no mínimo 60.000 homens. O duque de Alva foi convidado a servir como comandante e concordou em punir sem piedade, mas com justiça, todos os rebeldes políticos e religiosos. Como de costume, no entanto, os preparativos foram lentos. Em junho de 1567, Alva e seu exército partiram para a Holanda. Em 22 de agosto, chegou a Bruxelas. Alguns historiadores modernos tendem a considerar a política de Philip e os métodos de Alva de executá-la como não só lógica e inevitável em vista das circunstâncias, mas também legalmente corretamente corretas dentro dos padrões geralmente aceitos dessa idade. Isso talvez seja verdade. De qualquer modo, os padrões do século XVI podem ter sido suficientemente flexíveis para permitir também a interpretação que lhes foi dada pelos juristas e soldados espanhóis. No entanto, há pelo menos três fraquezas no argumento. Em primeiro lugar, toda a decisão de tratar os Países Baixos dessa maneira foi baseada em uma avaliação errada do que aconteceu. Em segundo lugar, grandes grupos (e de modo algum apenas grupos protestantes) na Holanda consideraram a interpretação de Alva dos padrões do século XVI completamente injustificados; Para eles, seu governo era um longo pesadelo de despotismo ilegal. E, finalmente, seja qual for a base teórica das novas políticas, os resultados práticos mostram com toda a clareza possível que eles foram equivocados. Pois na verdade eles falharam completamente.

Ferdinand de Toledo, duque de Alva, logo substituiu Margaret, que ofereceu sua renúncia. Ele governou arbitrariamente os Países Baixos. Seus princípios eram simples. A ortodoxia católica e a obediência ao soberano natural constituíam para si as

necessidades evidentes, para se afastarem das quais ascenderam à rebelião. Uma rebelião aconteceu, o soberano que até agora tinha atendido os privilégios de seus súditos, agora desconsiderou-os em sua ira legítima. Claro, ele estava justificado em fazê-lo; Privilégios, afinal, não são contratos entre soberanos e pessoas, mas presentes generosamente concedidos, que podem ser retirados se o comportamento dos sujeitos o tornar aconselhável. Como os oficiais e juízes nativos não podiam cumprir o que consideravam erroneamente seus antigos direitos, especialistas espanhóis foram enviados para ajudar Alva. Trabalharam duro e não eram ineficientes. Um novo tribunal (o notório *Conseil des Troubles*) foi encarregado de examinar todas as pessoas envolvidas nos recentes distúrbios e todos os hereges. Mais de duzentos assistentes foram nomeados para reunir material e preparar os processos judiciais. Pelo menos 12 mil pessoas foram convocadas; Provavelmente milhares foram executados ou banidos; A propriedade de muitos outros foi confiscada. Mas esta não era uma jurisdição sumária. Os procedimentos intermináveis do tribunal que, agindo de forma bastante justa nos seus termos de referência e seus preconceitos, passaram pacificamente por massas de papel e ouviram atentamente testemunhas e informantes, acrescentaram a tortura de atraso na crueldade do que muitos não conseguiram considerar como a lei.

Era mais difícil para Alva suspender as verificações tradicionais de consulta e procrastinação na esfera do governo e da política do que na administração do direito. Alguns grandes nobres foram presos e executados, algumas cidades importantes foram obrigadas a ter cidadelas construídas de modo a tornar mais fácil para o governo subjugar-las, a lei local antiga foi podada de elementos que não estavam de acordo com "o espírito do tempo" e uma tentativa foi feita para reunir todas essas leis locais em um sistema coerente. A última hierarquia episcopal foi finalmente estabelecida. Mas enquanto a tributação fosse impossível sem o consentimento dos Estados provinciais, o governo permaneceu vitalmente dependente da boa vontade dos sujeitos. Portanto, Alva projetou um sistema de impostos permanentes que, no entanto, ele não conseguiu ser inteiramente aceito pelos Estados. O imposto novo mais importante - uma imposição de dez por cento sobre a venda de todos os bens - da qual a Alva esperava enormes benefícios, era tão impopular que o duque hesitou em forçar sua introdução. Quando em 1571 ele fez isso, não só não produziu nada, mas ninguém pagou, mas contribuiu para o surgimento de uma revolta aberta.

"moderno", era impraticável e irreal porque os estadistas do século XVI não possuíam os instrumentos para impô-lo. Além disso, suas implicações foram consideradas incompatíveis com as necessidades fundamentais do país. O novo sistema isolou os Países Baixos, e o efeito dos novos impostos sobre o comércio era muito temido. Não é surpreendente que a resistência ao regime de Alva tenha se tornado mais forte e mais efetiva na medida em que se tornou mais completa e firmemente estabelecida.

Esta resistência foi essencialmente diferente da oposição a Gran-Velle no início da década de 1560. Mas foi liderado pelo mesmo homem: William de Orange, que fugiu da Holanda para o seu natal Dillenburg na Alemanha em 1567 e, mantendo contato tão próximo com os habitantes dos Países Baixos quanto era possível, tentou aumentar e organizar Hostilidade generalizada, mas amplamente latente, para Alva. Ele não atuou mais como o maior nobre do país, ou como um homem que ocupa cargos responsáveis e como o líder natural dos outros titulares de gabinete nobres. Pois nenhum dos seus ex-colegas compartilhou seu exílio. As contagens de Egmont e Hoorne, que tinham sido seus ajudantes mais íntimos, ficaram na Holanda. Eles foram de imediato presos e condenados à morte (15 de junho de 1568), até a incomoda desconfiança por não entenderem completamente a diferença entre a atitude de Alva e a de Margaret. Outros, menos comprometidos, colaboraram com o duque, embora em breve com relutância. Era claro que quase todos os grandes detentores de gabinete estavam preparados para se submeter, não querendo abandonar a posição, a riqueza e as ambições por uma oposição inevitavelmente tornando-se mais radical.

No entanto, o grande corpo de nobres, nem todos necessariamente mais baixos, que não possuíam escritórios e, portanto, eram emocionalmente tão bem como praticamente menos ligados ao governo no poder, desde que William de Orange com muitos homens ansiosos para lutar contra o rei Ministro despótico. Eles fugiram para a Alemanha, para a França ou para o mar. Eles formaram gangues na floresta. Eles empreenderam inúmeras incursões, igrejas e mosteiros roubados, assassinando cruelmente sacerdotes e monges, e, nos mares, eles foram temidos como os mendigos do mar. Claro que não eram todos calvinistas ou mesmo protestantes. Nem todos estavam preocupados com políticas elevadas ou ideais positivos. Mas, independentemente de seus motivos (e eles são, sem dúvida, extremamente misturados), seja qual for o seu status social, seja qual for o meio que eles usaram, todos alegaram lutar contra Alva porque ele era um estrangeiro atropelando as antigas liberdades, seja social, político ou religioso.

Embora, obviamente, constituindo apenas uma pequena minoria de milhares de homens em uma população total de dois milhões e de forma alguma representativa das atitudes do país em geral, eles desenvolveram formas de patriotismo interessantes que ultrapassaram o orgulho social estreito e o conservadorismo particularista. Nas muitas *Canções de mendigos (Geuzenliederen)* rimadas e cantadas por membros de todos os credos e aulas em louvor de resistência (entre eles o *Wilhelmus* que se tornaria o hino nacional holandês), a pátria antiga, nobre e muito querida, agora Privado de sua liberdade antiga, foi lamentado e glorificado.

Os mendigos não eram populares. Nem neste momento era William de Orange. Diversos esforços feitos por ele e seus irmãos para despertar a população fracassaram; Suas incursões para os Países Baixos apoiadas por tropas mercenárias relativamente grandes mas indisciplinadas não tiveram êxito, encontrando praticamente nenhuma resposta das pessoas. Ele era claramente um protestante agora, uma espécie de luterano, mas cercado por conselheiros calvinistas e ajudantes. Embora ainda não fosse um próprio Calvinista, ele começou a apreciar o vigor e a tenacidade de uma seita que, em dias mais fáceis, desprezava. Ele era um revolucionário lutando contra seu soberano natural? Ele negou isso. Ele não lutou contra seu soberano, mas o conselheiro malvado do soberano, Alva. Ele não tinha apenas o direito, mas o dever de fazer isso porque, como um vassalo leal do rei, ele tinha a obrigação de manter a boa ordem no país para o qual, na qualidade de grande nobre, ele era responsável e obviamente não há nada mais desastroso Para um soberano do que ver seus governos serem arruinados. Assim, ao lutar contra Alva, William de Orange não cortou seu laço feudal com Felipe II. Pelo contrário, foi essa conexão feudal que justificou o seu levantamento de armas contra Alva, cujo governo era inconstitucional e, portanto, rebelde (Documento 11).

Mesmo que este seja um argumento aceitável, ele claramente não serviu como um meio para justificar a resistência armada pelos habitantes em geral e tampouco o Joyeuse Entrée poderia ser usado dessa maneira. Naquele famoso documento de 1356, o duque de Brabante permitiu que seus súditos suspendessem a obediência a ele, desde que não os governasse de acordo com as condições em que concordaram mutuamente. William de Orange referiu-se a este documento repetidamente, mas nunca explicou por que ele tomou as armas. Quando ele deixou a Holanda em 1567, enfatizou que suspendeu a obediência e a responsabilidade - ele desistiu de seus escritórios provisoriamente - porque o sistema de Alva era um desvio da regra tradicional. Mas se o Joyeuse Entrée não pudesse ser usado como propaganda para as tentativas de William de Orange de conquistar a

população dos Países Baixos por sua política de resistência armada, quais eram então considerados relevantes?

15

Uma tentativa característica de justificar a violência é encontrada no Documento 12 (1568) em que vários argumentos contraditórios aparecem. Depois de uma referência precipitada ao Joyeuse Entrée, o autor afirma que existem privilégios urbanos que permitem que as cidades resistam pela força não só aos servos do soberano, mas também ao próprio soberano, se ele estiver fazendo guerra contra eles. Mas o autor então descobre que são os intrusos espanhóis que estão travando a guerra sobre o soberano benevolente e que os habitantes dos Países Baixos são obrigados a interferir nesta luta e apoiá-lo contra Alva. Esta foi uma linha de ataque promissora. Se for levado um pouco mais longe, ou melhor, se for traduzido em termos abstratos, o argumento pode correr assim: o príncipe é a personificação da soberania; A soberania e a constituição não são opostos, na verdade são idênticos. Se um homem age de forma contrária à constituição, como Alva obviamente estava fazendo, ele mina a base da soberania e ataca o soberano. É então o dever dos sujeitos leais - sujeitos à constituição soberana personificada pelo rei - puni-lo por isso e impedi-lo por todos os meios possíveis de perpetuar seus crimes.

Geldorp, autor do memorando de 1571 intitulado *Belgicae liberandae ab Htspanis hypodeixis* (Documento 13) não se preocupou com tais sutilezas teóricas. Aqui, Alva aparece no papel do tirano sem Deus enviado por Deus para punir o povo por seus pecados. Mas isso é história passada, a tirania significa que Deus é temporário e de curta duração. Depois de permitir que o tirano cometa suas faltas, Deus ajuda as pessoas arrependidas a derrubá-lo debilitando seu poder. O príncipe de Orange é chamado por Deus para servir como libertador da Holanda e todos os seus atos, bem sucedidos ou mal sucedidos do ponto de vista limitado dos observadores humanos, podem ser confiáveis como passos necessários para a libertação final. É dever das pessoas entregar o último golpe e chegou o momento. Geldorp desenvolveu um plano de ataque detalhado. Por razões estratégicas e mais gerais, aconselhou-se a concentrar-se na Holanda e com uma lucidez notável, quase profética, mas em um latim desesperadamente pedante, previu o surgimento de uma comunidade livre, independente e próspera que levaria as outras províncias a largar o jugo ou declinar. Obviamente, sua crença simplista no apoio de Deus, sua recusa em se preocupar com complicações constitucionais, sua firme convicção de que Deus já havia começado a destruir o poder de Alva e, provavelmente, espanhol, em geral, inspirou Geldorp com um vívido senso de realidade.

Em 1572, o regime de Alva entrou em colapso, embora o ataque geral aos Países Baixos planejado por William de Orange e seus irmãos em colaboração com os huguenotes franceses não pudesse ser realizado após o massacre na véspera do dia de São Bartolomeu em Paris (23-4 de agosto de 1572).

16

Já bem antes daquela noite, várias cidades tiveram, para usar a expressão do tempo, para o príncipe de Orange. O primeiro foi Brill na província da Holanda, onde, em 1 de abril, algumas centenas de mendigos do mar se estabeleceram, depois de serem forçados pela rainha Elizabeth a deixar os portos ingleses. Logo eles capturaram uma série de cidades vizinhas, e no decorrer das próximas semanas e meses de cidades em todas as províncias do norte; Alguns em Flandres e Brabante também receberam guarnições rebeldes. Ao norte dos grandes rios, cerca de cinquenta cidades estavam em algum momento envolvidas no movimento. Seria precipitado fazer generalizações sobre a forma como eles decidiram sobre a sua deserção, pois, obviamente, havia uma grande variedade de motivos e métodos, dependendo da situação local, bem como sobre as circunstâncias muito rápidas e mutantes no país em geral. No entanto, apesar de muitas diferenças locais, parece possível detectar uma espécie de padrão comum.

Um fator importante sem o qual todo o movimento teria sido completamente impossível é tão manifesto quanto difícil de descrever com qualquer precisão. É a desilusão geral com o sistema de governo de Alva. Não só os protestantes, mas também os católicos que o receberam como um estadista vigoroso capaz de trazer a lei e a ordem após os excessos dos tumultos iconoclasta, agora estavam ansiosos para vê-lo partir. Em todo lugar, as tropas espanholas eram sentidas como um fardo insuportável, não apenas porque eram espanholas, mas simplesmente porque eram tropas. Os novos impostos foram considerados para provar a total indiferença de Alva para o bem-estar do país. Era humilhante ver autoridades espanholas tomarem as decisões cruciais, muitas vezes ignorando os antigos costumes. Em muitas cidades, especialmente naqueles em que os tumultos iconoclastas ocorreram tarde e apenas em uma forma suave, de modo que Alva não achou necessário purgar as administrações urbanas e nomear pessoas dependentes dele sozinho, não havia um grupo importante que se sentisse realmente ligada à sua causa.

No entanto, os governantes urbanos agiram praticamente em qualquer lugar como iniciadores da revolta. Frequentemente, o estímulo que definiu o processo em movimento veio de fora das cidades, assim como em 1566, quando a epidemia iconoclasta foi

realizada por entusiastas de área para área. Mas, aparentemente, as bandas de Sea Beggar apareceram antes que os portões das várias cidades começassem apoio suficiente dentro deles para deixar a maioria das administrações sem escolha além de abrir as portas ou arriscar distúrbios potencialmente perigosos. Embora, em muitos casos, fosse necessária alguma força para persuadir os magistrados da seriedade a situação, a relutância em lutar e a disposição de comprometer-se com os rebeldes deu todo o desenvolvimento dessa união de revolta espontânea e impediu-a de assumir a forma de ação civil guerra.

17

Esse fato foi de grande importância. Desta forma, os patrícios locais escaparam da revolução social que poderia ter ocorrido se tivessem demonstrado maior determinação para oferecer resistência aos mendigos do mar e aos grupos muito mistos nas cidades - calvinistas, pequenos burgueses, pescadores, trabalhadores, desempregados - que os apoiaram. Sem dúvida, eles se prepararam para o papel preponderante que eles estavam destinados a desempenhar na aristocrática República Holandesa.

A reação de Alva às revoltas foi bastante lenta. De maio a setembro, ele estava ocupado reconquistando Mons no sul da Holanda que o irmão de William de Orange, Louis, havia levado. Com a queda de Mons, uma cidade que teria aberto o caminho para os franceses se o desastre de Saint Bartholomew não tivesse ocorrido - a campanha de Louis foi terminada abruptamente. Enquanto isso, o próprio príncipe, ainda não informado do massacre em Paris, atravessou o rio Maas em 27 de agosto, foi recebido por algumas cidades do sul, mas teve que se retirar apressadamente quando Alva se voltou para atacá-lo. Ele dissolveu seu exército, e os espanhóis não tiveram dificuldade em levar Mechlin que foi punido por sua deserção de forma *exemplar*. O exército então se mudou para o norte da Holanda, onde foi deixado ao filho de Alva, Frederick, para restaurar a ordem. No começo Frederick não encontrou obstáculos maiores que o tempo de outono execrável e estradas impraticáveis. As cidades de Overijssel e Gelderland que, voluntariamente ou involuntariamente, se juntaram a William of Orange submetido na aproximação de seu formidável exército. Zutphen foi sistematicamente saqueado. De lá, Frederico levou suas tropas para a Holanda. Depois de tomar Naarden e matar seus habitantes, ele chegou a Amsterdã no início de dezembro. Amsterdã ainda era leal ao governo e não tinha aberto seus portões para os Beggars do Mar. Enquanto isso, o príncipe de Orange decidiu se refugiar na Holanda e na Zelândia, uma decisão desesperada, em sua opinião, porque esperava que morresse em defesa de sua última fortaleza. Indo de navio de Kampen sobre o Zuyder Zee, ele chegou em 20 de outubro em Enkhuizen.

De longe, o elemento mais notável nessa confusa série de eventos foi a velocidade e a determinação com que a oposição na Holanda conseguiu criar um governo próprio. Isso só pode ser explicado pela longa tradição do particularismo e pelo padrão antiquado do chamado estado burgúndio que, ao sobrepor uma estrutura federal às antigas instituições, se absteve de destruir ou fornecer substitutos para eles.

18

Isso só pode ser explicado pela longa tradição do particularismo e pelo padrão antiquado do chamado estado burgúndio que, ao sobrepor uma estrutura federal às antigas instituições, se absteve de destruir ou fornecer substitutos para eles. As instituições, regulamentos, instrumentos e hábitos de espírito necessários para que o governo provincial atuasse de forma independente estavam disponíveis e os rebeldes - para usar um termo totalmente inaceitável para eles - os levaram facilmente. Mas foi para William de Orange, um homem discreto e tão obstinado, para seu orgulho como um grande nobre e sua experiência no governo e em assuntos internacionais que eles deviam o conhecimento de como aproveitar as possibilidades abertas a eles.

Em junho de 1572, William de Orange dirigiu-se aos habitantes da Holanda e da Zelândia em um panfleto altamente retórico (Documento 14), no qual afirmou ser responsável pela pátria em geral e as províncias patrimoniais em particular, e para a Holanda, a Zelândia e as Bispado de Utrecht, em primeiro lugar. Alva foi mais uma vez retratado como um déspota estrangeiro cuja regra não poderia ser legalmente considerada como emanante da vontade soberana de Filipe II. Além disso, William já havia insinuado que ele ainda deveria ser considerado titular das três províncias, já que ele nunca recebeu uma carta oficial de demissão após sua partida em 1567. Ele prometeu liberdade de religião nas áreas onde suas tropas foram autorizadas a entrar e um representante forma de governo sob orientação direta do rei. Enquanto isso, ele pediu aos habitantes que jurassem lealdade para ele, não como stadholder, mas da maneira mais geral possível como *patrono da pátria e campeão da liberdade*. Em julho de 1572, sua posição na Holanda foi definida mais precisamente. Os Estados da província se encontraram em Dordrecht e permitiram que Marnix de St Aldegonde fosse atendida como deputada de William de Orange. Os representantes da nobreza, dos mendigos do mar e do menos doze cidades - mais do que o habitual - estavam presentes, mas a reunião estava, no entanto, necessariamente incompleta: Amsterdã e outras cidades que geralmente participavam de reuniões dos Estados estavam ausentes. Em nome de William de Orange Marnix leu um artigo longo e detalhado (Documento 15).

Tanto o encontro dos Estados quanto a atitude de William de Orange para eles foram interpretados de forma diferente: alguns historiadores consideram o procedimento revolucionário e louvam-no por isso, enquanto outros enfatizam a base jurídica sobre a qual a oposição ao governo ainda procurava se colocar. Esta discussão é um pouco desnecessária. Obviamente, o rei, ainda reconhecido como soberano, não queria que os Estados se reunissem sem sua permissão, mas havia precedentes para que os Estados se referissem; E nenhum Estado de nenhuma província admitiu ter sido totalmente sujeito à soberania e ao comando. William de Orange, por sua vez, limitou-se a reafirmar o cargo que havia tomado nos anos anteriores. Como grandeza do reino, ele foi obrigado a proteger os Países Baixos e até mesmo a agir como chefe na ausência do rei. No entanto, dois novos elementos apareceram.

19

William de Orange agora explicitamente pediu para ser reconhecido como governador das províncias que ele tinha governado como o estatal do rei antes de 1567 e, além disso, ele se recusou a admitir a legalidade do que aconteceu desde então. Em segundo lugar, ele pediu uma aliança formal entre ele e os Estados da Holanda como representantes do povo. Este foi um pedido notável e talvez difícil de justificar constitucionalmente. Se na Holanda ele ocupasse apenas seu antigo escritório como o tenente do rei ou o fadiga, o que então lhe permitiu entrar em uma espécie de contrato com os assuntos do rei?

Havia outro ponto vital sobre o qual os Estados tinham que decidir: a religião. Marnix foi instruído pelo príncipe para fazer uma proposta que fora deixada fora de suas instruções escritas. Os Estados endossaram isso e declararam que tanto os protestantes como os católicos deveriam poder realizar serviços religiosos privados e públicos em suas casas e nas igrejas que lhes são atribuídas pelas administrações urbanas e que os eclesiásticos deveriam ser deixados em seu estado e não molestados a menos que provassem hostil. Para isso, é claro, não houve um precedente constitucional. Os Estados podem ter razão para que a tolerância fosse de alguma forma de acordo com o espírito da constituição e que, como a soberania e a constituição eram inseparáveis nos Países Baixos, seu edito também estava de acordo com a soberania. Assim, de forma abstrata, ele emanou do soberano, Felipe II. Em um documento de 1573 (Documento 17) em que William de Orange e os Estados da Holanda escrevem que eles se ajoelham e rezam ao soberano com toda a humildade para ouvir sua súplica, eles afirmam explicitamente que estão lutando pela liberdade de consciência. Obviamente, a humildade, a obediência e

alguma forma de liberdade religiosa ordenada pelos Estados eram mesmo consideradas reconciliáveis. Além disso, em julho de 1572, os Estados tiveram o cuidado de acrescentar que seu edital de tolerância era provisório até que - como foi afirmado em uma frase bastante obscura-, as questões poderiam ser organizadas diferentemente de acordo com os pareceres dos Estados Gerais do país. Isso estava de acordo com a política dos nobres antes de 1567, quando eles repetidamente pediram uma reunião dos Estados Gerais para discutir a religião.

De 1572 a 1576, a Holanda e a Zelândia lutaram contra uma guerra aparentemente sem esperança em isolamento quase completo. Eles eram extremamente pequenos. A população da Holanda é estimada em 260 mil habitantes em 1514 e 700 mil um século depois, mas o aumento mais rápido ocorreu provavelmente bem depois da década de 1570; Zelândia era, naturalmente, muito menor. Como esses estados minúsculos podem resistir aos ataques do Império espanhol? No entanto, as tropas espanholas que, em dezembro de 1572, chegaram a Amsterdã e conseguiram levar Haarlem em 1573, reduzindo a Holanda em duas metades, falhou depois de longos assaltos para capturar Alkmaar ou Leyden.

20

O alívio de Leyden em outubro de 1574 foi feito o mais notável pela decisão do stadholder e dos Estados de estabelecer em 1575 uma universidade naquela cidade como recompensa por sua coragem. De várias maneiras, isso foi altamente característico. A Carta Universitária declarou que a nova instituição estava sendo fundada pela única pessoa legalmente habilitada a fazê-lo, o soberano, Philip II, cujo fundador William de Orange estava apenas agindo em seu nome. A universidade foi projetada para competir com as duas universidades já existentes nos Países Baixos, Louvain e Douai, ambos católicos. Naturalmente, uma de suas principais funções era ser o treinamento de ministros e teólogos protestantes, mas essa não era a única ou mesmo sua principal tarefa. Foi explicitamente afirmado que a instituição servirá como um firme apoio à liberdade e ao governo legal do país, não apenas em assuntos religiosos, mas em todas as questões de interesse comum para a população. Assim, a Holanda criou uma Escola, de caráter verdadeiramente humanista, que se esperava que ele descesse os homens de muitos lados, amplamente educados, que eram necessários para administrar o estado emergente. No meio de uma guerra, cuja natureza permaneceu incerta enquanto a Holanda e a Zelândia se recusassem a reivindicar a independência, a Holanda decidiu treinar uma elite pela qual

poderia ser julgada com competência. Calvinismo e classicismo, uniram-se a um humanismo calvinista que se sentiu como constituindo uma unidade harmoniosa da história e da religião, fez uma pequena universidade provincial e o Estado que gradualmente, quase sem querer, se forma, produtos característicos do Renascimento do Norte. De fato, os Países do Norte permaneceram leais ao Renascimento, seu estilo literário e sua linguagem, até o século XIX, muito depois de outras nações europeias terem abandonado. Nos séculos a seguir, o humanismo deveria ser o tecido da existência nacional holandesa.

Assustadoramente, sozinhos, entre os homens, absorvidos pelos assuntos locais e não querendo olhar para além dos limites estreitos de suas cidades ou províncias, a visão de William sobre a autonomia futura para a totalidade ou a maior parte dos Países Baixos permaneceu tão ampla que nunca correu o risco de degenerar. Um mero líder de guerrilha ou condottiere. No entanto, ocasionalmente, ele parecia se identificar completamente com seu ambiente, parecia tão céptico quanto à possibilidade de ganhar uma posição nas outras províncias, que estava preparado para abandoná-los ao rei francês se a França ajudasse a garantir a independência e o protestantismo da Holanda e da Zeeland (1573) e estava tão orgulhoso com a perseverança da Holanda que os tons em que elogiava o país soam verdadeiramente patrióticos (Documento 19). Mas, em última instância, a necessidade de expandir a revolta e quebrar o isolamento da Holanda, bem como seu status de nobre Brabante e toda a natureza do governo federal burgúndio (para as tradições das quais ele permaneceu fiel ao longo de sua vida), o fizeram ardente antiparticularista, se esta palavra, apenas usada para evitar o termo anacrônico *nacionalista*, é permitida.

Durante esses anos, a guerra, inicialmente travada pela Holanda contra um general espanhol, geralmente assumiu a forma de uma luta entre a Holanda e o resto da Holanda. O termo "guerra doméstica" aparece realmente em um documento de 1573 (Documento 16), que foi abordado pelos Estados da Holanda aos Estados-Gerais das províncias "obedientes" reunidas em Bruxelas e em que os terríveis efeitos da situação foram retratados em Alguns detalhes. Em 1573, o problema da guerra civil também foi discutido em cartas trocadas entre William de Orange e Marnix. O último tinha sido feito prisioneiro pelos espanhóis, isto é, por tropas comandadas pelo nobre valão, Noircarmes, que William de Orange conhecia muito antes de 1567 como membro do Velo dourado. Marnix estava obviamente totalmente desencorajada e profundamente impressionada com o fato de que ele se encontrava entre os compatriotas. Ele aconselhou o príncipe a fazer a paz e tentou

provar com inúmeros exemplos históricos reunidos com uma grande erudição humanista que a guerra civil sempre levou à destruição material e à degeneração espiritual. William of Orange recusou-se a considerar a capitulação (Documento 18); Além disso, ele se recusou a manter essa correspondência pessoal com um dos seus colaboradores mais íntimos e declarou que faria sua decisão depender dos conselhos dos Estados da Holanda. Pouco depois, ele escreveu para Noircarmes, que se ofereceu como intermediário entre os rebeldes e o governo de Bruxelas, que ele e seus amigos deveriam ter oferecido esses serviços virtuosos há muito tempo. Enquanto isso, Philip II mudou suas táticas. Ele descartou Alva e ordenou ao seu sucessor, Requesens, que fizesse uma reconciliação através da moderação em todos, exceto em assuntos religiosos. Isto foi obviamente pretendido como uma tentativa de aumentar a confiança nas províncias "obedientes" e persuadi-las a lutar contra os holandeses ou, de qualquer forma, fornecer meios financeiros e diplomáticos para tal guerra.

Os holandeses atacaram Requesens em um panfleto dirigido aos Estados das províncias leais (Documento 20). Eles louvaram William de Orange altamente como um homem muito mais digno e de linhagem muito mais nobre do que Requesens e, portanto, mais aceitável como governante. Eles descreveram o rei como totalmente dependente dos inquisidores que o impediram de levar seus planos pessoais em vigor. Ao fazê-lo, os Estados fizeram uma distinção clara entre o rei como pessoa - um soberano cuja soberania era duvidosa porque não era livre - e o rei como garantia soberana da antiga constituição.

22

Esta foi uma tentativa corajosa de esclarecimento e poderia, se prosseguido de forma consistente, ter levado a conclusões teoricamente coerentes. No entanto, o autor do texto não precisava ir mais longe. Ele não pediu às províncias leais que começassem a resistência armada, mas que simplesmente não obedecessem e não apoiasse a Requesens. E isso ele tinha o direito de justificar pela referência habitual ao Joyeuse Entrée. No mesmo ano, outro autor apresentou uma teoria interessante sobre a antiga unidade dos Países Baixos e seu direito de realizar reuniões dos Estados Gerais, enfatizando suas leis constitucionais comuns e sua solidariedade (Documento 21).

Assim, os apoiantes de William de Orange tentaram provar que não estavam lutando contra uma guerra civil contra as províncias leais ao governo legítimo e conciliador de Requesens, mas que defendiam uma constituição comum a toda a Holanda que não obstante sua história muitas vezes perturbada e seus conflitos internos formaram um país. Tudo isso serviu de base para as negociações com o partido de Orange que foram

iniciados por Requesens em fevereiro de 1575 em Breda. Ele os iniciou sem a autorização de Felipe II, mas achou necessário porque as províncias leais recusaram-se a apoiá-lo de forma eficaz e as finanças espanholas voltaram a ter uma situação terrível; De fato, em setembro de 1575, Philip II declarou-se quebrado e, assim, destruía o pequeno crédito que ele ainda poderia ter nos círculos financeiros na Holanda. A tentativa desesperada de Requesens falhou, só poderia ter conseguido se Philip II admitiu a derrota, expulsou as tropas espanholas e tolerou a tolerância. É claro que os membros do partido de Orange sabiam disso suficientemente bem. Para eles, as negociações foram uma oportunidade maravilhosa para fazer propaganda (ver Documento 22), especialmente quando o imperador enviou um embaixador para participar das discussões e até mesmo para defender os chamados rebeldes.

Em julho de 1575, os Estados da Holanda consideraram pela primeira vez uma proposta “que logo devemos abandonar o rei como um tirano que procurou oprimir e destruir seus súditos e procurar outro protetor”. Em 13 de outubro, decidiram por unanimidade “que alguém deveria abandonar o rei e buscar assistência estrangeira, referindo a escolha ao príncipe que, no que diz respeito à forma de governo, antes tomasse a opinião dos Estados.¹ Em novembro, os Estados designaram alguns deputados para irem para a Inglaterra e oferecerem a soberania da rainha Elizabeth sobre a Holanda e a Zelândia sob certas condições a serem decididas. É muito interessante comparar esta primeira tentativa de obter assistência estrangeira oferecendo uma forma de *soberania* com as várias ocasiões mais tarde, quando isso foi feito, de forma mais sofisticada. É claro que a rainha Elizabeth recusou a oferta e, em breve, as circunstâncias mudaram tão dramaticamente que não era necessário repetir isso.

Em 5 de março de 1576, Requesens morreu de repente. A posição dos funcionários do rei na Holanda, sem dinheiro para pagar o exército, nenhum prestígio e nenhuma perspectiva de sucesso rápido em qualquer esfera, era extremamente fraca. As tropas espanholas, deixadas sem remuneração por muito tempo, se amotinaram, saqueando Flandres e Brabante. No final de julho, concentraram suas forças em Alost, de onde ameaçaram tanto a Bruxelas quanto a Ghent. Enquanto isso, William de Orange fez o uso mais efetivo possível de suas antigas conexões. Ele realizou uma extensa correspondência com personalidades líderes no sul da Holanda, enquanto seus agentes lançaram uma verdadeira campanha de propaganda para a defesa da pátria comum. Em setembro, os membros do partido de Orange de Bruxelas, a maioria católicos romanos que estavam

agora preparados para se opor ao rei, forçou o Conselho de Estado, que poderia ser considerado o direito de assumir o governo na ausência de um governador, para chamar os Estados Gerais. Em outubro, representantes desse corpo foram a Ghent para discutir com representantes da Holanda e da Zelândia formas e meios de expulsar as perigosas tropas espanholas. A posição da Holanda era muito forte. Na verdade, os principais Estados católicos romanos (a que a Holanda e a Zeeland não enviaram delegados) necessitaram necessariamente das tropas experientes dos calvinistas para controlar os amotinadores cujos excessos, especialmente os perpetrados em Amberes, em 4 de novembro, convenceram mesmo os mais relutantes de que algo deveria ser feito. Assim, em 8 de novembro, a chamada Pacificação de Ghent foi assinada, uma verdadeira paz entre as duas províncias protestantes e o resto.

A paz de Ghent (Documento 23) foi uma declaração pela maioria de que eles se uniriam a Holanda e Zelanda em sua luta contra os militares espanhóis. Isso acabou com a guerra civil que havia interrompido os Países Baixos desde 1572 e que era muito perigoso continuar nas circunstâncias catastróficas de 1576. Sua fraqueza era que ele também não podia, nem resolveu nenhum dos problemas fundamentais. Pois foi deixado para um futuro | Reunião dos Estados Gerais, a ser chamada após o objetivo real da Pacificação ter sido alcançada - isto é, após a partida das tropas espanholas - para tomar decisões sobre como organizar a Holanda e como definitivamente resolver as disputas religiosas. Todos os edictos contra heresia foram suspensos. Por enquanto, ambos os grupos de províncias permaneceram essencialmente separados, a Holanda e a Zelândia podendo manter as autoridades e a forma de governo que se desenvolveu desde 1572, mas não para espalhar a sua religião ou suas idiossincrasias políticas sobre o território dos Estados Gerais. . William of

O sucesso de Orange, mesmo assim imenso, permaneceu perigosamente restrito.

24

Os próximos três anos mostraram quão fatal as restrições foram de fato. Resultou ser relativamente fácil livrar-se das tropas espanholas; De qualquer forma, D. João da Áustria, o governador recém-nomeado que, embora com reservas (ver Documentos 24 e 25), subscreveu a Paz de Ghent, estava preparado para enviá-los. Ao mesmo tempo, no entanto, os Estados-Gerais permitiram que ele interpretasse os parágrafos religiosos da Pacificação de uma forma totalmente inaceitável para a Holanda e a Zelândia. Não que eles sofriam de uma interpretação anti-calvinista; Don John não tinha poder para impedir que eles perpetuassem sua própria política religiosa, que se desenvolveu rapidamente

desde 1572 em uma direção anti-católica. O princípio da tolerância originalmente aceito em julho de 1572 não foi posto em prática e a maioria católica romana da população não tinha concedido a liberdade de realizar serviços públicos. Assim, a Holanda e a Zelândia não temiam tanto que Don John os atacaria, mas que o compromisso precário de Ghent desmoronaria imediatamente após a partida das tropas espanholas e então seriam levados de volta ao seu isolamento. O documento 25 mostra quão cautelosos eles reagiram às informações desagradáveis de Bruxelas em fevereiro de 1577; Também mostra sua decepção quando os Estados-Membros não conseguiram aproveitar a situação para seguir exemplos ancestrais e torcer novas concessões constitucionais do impotente soberano. É interessante ver como, depois de toda a discussão dos anos anteriores sobre a resistência armada, a tolerância e outros assuntos, ainda era possível em um documento oficial escrito por, um teria pensado, rebeldes maduros, adotar um ingênuo, quase infantilmente Atitude inocente em relação a questões constitucionais.

Era humilhante para D. John ser reconhecido pelos Estados Gerais somente depois de se inscreverem nas suas condições; Do seu ponto de vista, além disso, todo o procedimento era provavelmente inconstitucional. Ele logo descobriu que suas concessões não serviram de propósito valioso e não aumentaram seu prestígio e poder. Ele permaneceu em Bruxelas por pouco tempo, depois foi para Mechlin e, no dia 24 de julho de 1577, pegou a cidadela de Namur de surpresa com o guarda-costas. Aguardando o retorno das tropas que ele enviou no início do ano, ele ordenou aos Estados-Generais em Bruxelas que expulsassem pessoas suspeitas - isto é, protestantes - de seu encontro e ajudando-o a lutar contra William of Orange. Ele justificou esta política em um documento de agosto de 1577 (Documento 26) que, embora de forma alguma irrealista, era muito simples para aumentar o número de seus apoiantes. É claro que estava certo em afirmar que, em última instância, opor-se a ele equivaleria a se opor ao soberano e a manutenção de Roman. O patriotismo era a única religião tolerada, mas, se fosse verdade, qual era o significado dos tratados e acordos que ele Concluiu com os Estados Gerais e repetiu que ele estava disposto a aguentar?

No documento 27, Marnix de Saint Aldegonde refutou os argumentos de Don John. Não só o governador havia quebrado os tratados com os quais ele se referia, mas também demonstrou ter mal entendido a posição dos Estados Gerais. Eles aparecem no texto de Marnix - como fazem no importante e elaborado panfleto de 1579 impresso aqui como Documento 41 - como os magistrados inferiores da teoria calvinista francesa,

representantes das três propriedades e, portanto, do corpo do povo comum e chamado não só Pelos homens, mas também por Deus para proteger a constituição. Esta ênfase na origem divina dos Estados Gerais, bem como no seu caráter representativo no padrão francês, é interessante. De fato, é claro que os Estados Gerais dos Países Baixos formaram uma reunião de representantes não dos estados, mas das províncias; E em algumas províncias, as três propriedades não estavam representadas. Muito antes de 1572, o clero deixou de frequentar os Estados da Holanda; Na Flandres, a nobreza não enviou deputados aos Estados. Marnix simplificou consideravelmente as coisas para inflar a importância dos Estados Gerais e justificar a tese de que, mesmo em matéria de guerra e paz, o soberano dependia da sua decisão. Finalmente, Marnix tirou do Joyeuse Entrée a conclusão de que era dever dos Estados Gerais tomarem armas contra um fator do soberano que atacava o país. Esta conclusão aventureira não foi desta vez acompanhada pela garantia de que, claro, a soberania real e a pessoa real foram deixadas fora de toda discussão. A teoria política estava abandonando lentamente as posições antigas.

Assim como a prática política, a exibição de determinação de Don John teve o efeito de aumentar a popularidade de William nas províncias que participam dos Estados Gerais. Em setembro de 1577, o príncipe deixou a Holanda; Ele foi bem recebido em Antuérpia em 18 de setembro e cinco dias depois em Bruxelas. Mas ele não estava sem inimigos. Por mais de dez anos, a alta nobreza havia sido dividida em grupos ou leais ao governo real, indiferentes a ele, ou abertamente hostis. William de Orange encontrou muito mais apoio entre os homens de sua própria posição em 1577 do que ele tinha em 1567, mas a maioria ainda se recusava a ir tão longe quanto ele. As famílias nobres que tradicionalmente tinham sido apoiadas pelo governo central de Borgonha e devidas a essa posição no estado, agora descobriram que o eclipse do poder da Borgonha simbolizado pela Pacificação provocou seu próprio declínio.

A nobreza da Valónia, em particular, costumava desempenhar um papel preponderante no estado de Borgonha, ficou alarmada ao ver como depois do poder de 1576 reverteram para as cidades da Flandres e do Brabante e para os rebeldes na Holanda, isto é, para o que chamavam de Democracias e calvinistas, ambos de língua holandesa. William de Orange era, obviamente, o líder desse partido *democrático* e ele era profundamente suspeitado mesmo por aqueles nobres que não se atrevem a lado do que restava do governo espanhol. Eles tentaram resolver seu dilema chamando Archduke Matthias para a Holanda. Matthias, um menino bastante incompetente de vinte, mas um

irmão do imperador e um primo de Felipe II, foi persuadido a vir e preservar a Holanda pela dinastia dos Habsburgos e pela fé católica romana. Embora isso tenha sido intencionado como um movimento contra William de Orange, o príncipe providenciou que o arquiduque fosse oficialmente instalado pelos Estados Gerais como governador da Holanda depois que Don John fora declarado inimigo do país. Politicamente, isso foi engenhoso, mas, fundamentalmente, foi uma manobra insatisfatória em pequena escala; As consequências e implicações constitucionais foram de importância decisiva.

Em 8 de dezembro de 1577, os Estados Gerais votaram a resolução pela qual eles reconheceram Matthias como governador geral - embora apenas provisoriamente até que o consentimento do rei fosse recebido - se ele se inscreveu em várias condições (Documento 28). A lista de condições era formidável. Matthias foi muito mais dependente dos Estados Gerais do que qualquer governador antes dele. Todas as iniciativas, políticas, fiscais e legislativas, necessitaram da aprovação dos Estados Gerais ou das províncias que enviaram delegados aos Estados Gerais. Os Estados apareceram no tratado como um organismo verdadeiramente independente dotado de direitos extensivos não só de controle, mas de governo. Foram eles que nomearam e demitiram o conselho do governador; Foi para eles que a decisão final sobre todos os assuntos de qualquer importância revertida. Claro que muito do que foi conseguido aqui no papel fazia parte de todo o conjunto de reivindicações tradicionais apresentadas pelos parlamentos do final do século XVI e do século XVI; Mas, por outro lado, é bastante claro que os Estados ficaram muito além do que o português do século XVI, os Países Baixos permitiram. O novo sistema era, obviamente, incompatível com a forma de governo inaugurada por Carlos V. A este respeito, é significativo que Marnix, que costumava escrever o que ele realmente pensou, contou a um de seus correspondentes em fevereiro de 1577 que, no que diz respeito a ele O reinado de Carlos V foi longe de ser satisfatório e, pelo contrário, a origem da maioria dos maldades. Quão grande, de fato, a distância entre o final e o início do século XVI se tornou mostrada pela resolução votada pelos Estados Gerais em 10 de dezembro de 1577 (Documento29).

Isso dizia respeito à questão religiosa que havia sido cuidadosamente omitida do tratado proposto com Matthias. Se ele quisesse ser aceito como governador, ele também teria que aprovar a nova resolução, embora fosse altamente favorável aos protestantes. Com efeito, os membros católicos dos Estados Gerais concordaram em interpretar a Pacificação de Ghent no sentido mais amplo possível, implicando que as províncias

católicas não permitiriam que ninguém - e, é claro, o don John fosse feito mais especificamente - atacar a Holanda e a Zelândia por motivos religiosos ; Em outras palavras, eles prometeram ajudar as províncias protestantes com força armada, se necessário, a manter o seu protestantismo. Mesmo que essa fosse uma consequência lógica da Pacificação de Ghent, era, no entanto, bastante improvável.

Enquanto isso, Don John esperava com impaciência as forças armadas espanholas; Assim que alguns milhares haviam retornado, ele partiu de Luxemburgo, onde se refugiou, em direção a Bruxelas. Em Gembloux, ele conheceu um exército muito maior criado pelos Estados Gerais, mas graças ao gênio de seu comandante, Alexander Farnese, príncipe de Parma, o único filho da antiga regente Margaret de Parma, e a tristeza incompetente de seus inimigos, ele Não teve dificuldade em esmagá-lo (31 de janeiro de 1578). Em 13 de fevereiro, Louvain permitiu que as tropas espanholas entrassem em seus portões; Em 14 de fevereiro, os Estados Gerais e Matthias foram persuadidos por William de Orange a segui-lo para Antuérpia. Parma marchou para as províncias da Valónia e conseguiu sucesso após o sucesso. Em Artois, os Estados começaram a considerar formas de se separar dos Estados Gerais e fazer a paz com o rei. Por outro lado, a oposição também endureceu sua atitude no campo da teoria. Em março de 1578, Marnix respondeu uma das declarações de Dom João com um panfleto furioso em que enfatizou o absurdo de tentar manter o catolicismo romano pela força (Documento 30). Marnix provavelmente também era responsável por uma declaração dos Estados Gerais publicada no mesmo dia pela Plantin's (Documento 31). Esta era uma diatribe de violência incomum, não porque sua retórica ou argumento diferisse de inúmeras declarações e panfletos anteriores, mas porque a distinção clara e tradicional entre o rei e os ministros do mal era omitida. Aparentemente, o rei tomou o lado errado no conflito entre seus assuntos leais e seus maus conselheiros. Os fatos mostraram que, ao contrário de tudo o que havia sido dito anteriormente, ele era realmente capaz de fazer errado. Isso foi desenvolvido em um livreto tão ousado que se pensava mais seguro fingir que foi escrito por um nobre alemão (Documento 32). Os neerlandeses leais, ao que parece, não deveriam ser tão radicais, eles limitaram-se a imprimir, circulando e ponderando tais ideias. O autor afirmou implicitamente o que os Estados Gerais

Sugeriu discretamente: Philip II era um tirano que estava em processo de deposição pela autoridade pública.

Gerais - isto é, Matthias -, mas para um novo soberano - esse é o duque de Anjou com quem William de Orange e os Estados-Membros estavam realmente negociando naquele momento. O autor perguntou se era uma rebelião e, naturalmente, respondeu que não era. A rebelião é anarquia, é a negação da soberania. Os habitantes dos Países Baixos não podiam ser acusados de atacar o princípio da soberania porque estavam apenas tentando obter o soberano certo.

A doença fundamental em tal argumento é, naturalmente, que não indica o conteúdo da soberania. Anjou foi representado como um candidato particularmente adequado porque sua fraqueza e sua falta de conhecimento o impediram de dar ao seu governo um caráter pessoal. Com um baixo nível de abstração, era claramente impossível chegar a conclusões firmes de natureza mais geral. Aqui surge a questão de por que, de fato, o problema da soberania foi tratado de forma tão indiferente nos Países Baixos, enquanto que em França estava em circunstâncias semelhantes discutidas com clareza e perspicácia. Talvez um entre muitos motivos precise de alguma ênfase. Para os juristas franceses, em particular Bodin, a reinterpretação da soberania como um conceito dinâmico era essencial para justificar a promulgação de edictos de tolerância. Se o soberano fosse permitido introduzir a tolerância, por definição, um desvio da tradição, era imperativo perguntar em que capacidade exercitava tal direito de romance. A soberania judicial no sentido antigo, com seu conservadorismo implícito, obrigava o soberano a preservar a religião em sua forma antiga; No entanto, o soberano francês estava obviamente fazendo mais do que isso. Aqui, o conceito de soberania legislativa era extremamente útil. Se a principal característica da soberania é o direito de fazer uma nova lei, não é difícil ver por que o rei tem o direito de proibir a tolerância. No entanto, por razões óbvias, nos Países Baixos o problema nunca se apresentou dessa maneira, pois o soberano persistiu em se opor a qualquer forma de tolerância. Isso impediu seus sujeitos de estudar o assunto de maneira francesa. Para eles, a tolerância, racionalizada em termos políticos, deveria fluir da antiga constituição e ser um dos múltiplos direitos e liberdades tradicionais de que gozam os habitantes e garantidos em contratos com o soberano. Nos documentos 33, 41, 43, 48, 53, etc., a tolerância é defendida como um privilégio antigo, como uma solução prática para um problema difícil, como um direito fundamental dado por Deus a todos os homens, mas não foi visto como uma questão legal. Precisando de análise profunda na teoria política.

interpretações tortuosas da Pacificação de Ghent - existem várias instâncias impressionantes nos textos - indicam a complexidade da situação. O Documento 34 torna a confusão, intelectual e material, na qual os assuntos estavam quase em mãos. Vem de Ghent onde os calvinistas conseguiram em 1578 estabelecer uma administração protestante com poder semi-ditatorial. Eles conquistaram gradualmente a maior parte da Flandres. Tal desenvolvimento não estava previsto na Pacificação de 1576. De acordo com esse tratado, os calvinistas da Holanda foram proibidos de propagar sua religião fora de sua província; Aparentemente, isso foi considerado uma garantia suficiente para a preservação do catolicismo romano nas outras províncias. Mas, em todos os lugares, os edictos contra a heresia foram suspensos. Ambos os artigos agora se revelaram inadequados. Ghent O calvinismo era de um radicalismo politicamente e espiritualmente mais intransigente do que o da Holanda. O Documento 34 mostra quão profundamente os governantes de Ghent desconfiavam de William de Orange e sua associação com o francês católico, o duque de Anjou. No Documento 35, um dos calvinistas de Ghent objeta a interpretação da Pacificação, implicando a manutenção exclusiva do catolicismo romano fora da Holanda e da Zelândia. Mas ao fazê-lo, percorreu um longo caminho para arruinar o princípio da própria tolerância. Enquanto isso, William de Orange procurou desesperadamente estabelecer o que se chamava Religiões-Vrede ou Religiões-Frid, uma palavra metade ou totalmente alemã que significa paz religiosa (ver Documento 36).

Possivelmente, a razão pela qual este termo técnico foi derivado do alemão foi simplesmente que o conceito ainda não era familiar nos Países Baixos, onde nenhuma autoridade federal havia até então pronunciado positivamente sobre a questão religiosa. No verão de 1578, William de Orange tentou em vão fazer com que os Estados Gerais promulguem um edital permitindo o exercício público de ambas as religiões em todas as aldeias se a maioria da população quisesse isso e em todas as cidades se fosse desejado por uma centena de famílias. Foi como aparece claramente nos documentos 38 e 40, longe de ser certo de que isso era compatível com a paciência de Ghent. Mas, sem dúvida, foi um compromisso interessante entre a imposição da tolerância pelos Estados Gerais (que William de Orange se esforçou para se transformar em um parlamento que anulava a autonomia jurídica e política das províncias) e tornando-o dependente da vontade dos próprios habitantes: aqueles que Queriam tolerância tinha que pedir e para provar que eles eram numerosos o suficiente para entrar nos termos da lei. Mas os Estados Gerais se recusaram categoricamente a desempenhar o papel que William E da Orange tentou prescrever para eles.

Eles não tinham ambição de agir como um legislativo federal e limitaram-se a convidar o governador Matthias a apresentar a proposta de William de Orange antes dos vários Estados provinciais. Este foi praticamente o fim da iniciativa. Nem o protestante nem a maioria das províncias católicas romanas estavam preparados para abandonar sua preferência pela uniformidade religiosa.

Não só as disputas religiosas, mas também as forças sociais, as velhas idiossincrasias políticas, o antagonismo entre os valões e os flamengos, as rivalidades entre famílias nobres rivais foram potentes fatores que arruinaram a visão de William de Orange sobre os Países Baixos como uma espécie de estado federal governado pelos Estados Gerais sob a Orientação de um soberano benevolente e praticamente impotente. Era uma visão generosa, mas impossível de realizar nas circunstâncias. A sua fraqueza essencial era que o estado a que William de Orange procurava dar substância não era, de modo algum, pretendido por ele como uma sociedade pacífica "liberal", mas como um instrumento de guerra amarga. A unidade sobre a qual ele colocou tanta ênfase foi um meio para continuar as hostilidades com maior determinação e efeito (ver Documento 39); Mas, com esse respeito, era totalmente inadequado. No início de 1579, as bem conhecidas Uniões de Arras e Utrecht formalizaram o processo de separatismo que se estabeleceu anteriormente. Em 6 de janeiro de 1579, os estados provinciais de Artois e Hainault e a cidade de Douai assinaram uma declaração solene conhecida como União de Arras, na qual eles juraram fidelidade à Pacificação de Ghent interpretada no sentido estritamente católico-romano Don John também tinha Dado; Em maio, eles negociaram a paz com o duque de Parma que atuou como governador da Holanda desde a morte de Don John em outubro de 1578. Claro que isso foi uma capitulação, mas em termos altamente favoráveis para as pessoas que, depois de tudo, participaram do que o o tribunal espanhol certamente ainda considerou uma rebelião. Parma estava disposta a excluir toda interferência "estrangeira" no negócio local; Posts e responsabilidades foram reservados para pessoas nativas; Foi mesmo declarado explicitamente que o sistema de governo que prevalecesse sob Charles V e altamente idealizado nos estágios iniciais da Revolta seria restaurado. Esta foi uma reconstituição do sucesso de 1564 quando Philip II deu W à oposição nobre e enviou Granvelle para longe, mas com a diferença decisiva que não havia dúvida de destituir Parma.

A paz fortaleceu o poder desse homem notável. Ele tenta retornar completamente à situação de 1564 e reenviar

Alexandre da mãe de Parma, Margaret, como regente foi frustrado por seu filho que se recusou a abandonar o poder. Documento 46, inspirado neste plano

Ironicamente suficiente, fortemente apoiado por Granvelle, que era a favor do Tribunal de Madri, é um exemplo do tipo de propaganda do campo lealista e é característico porque mostra que a polêmica e a argumentação disso o partido era muito mais baixo do que os do partido "revolucionário". (Compare o documento 56.)

31

A União assinada em Utrecht em 29 de janeiro de 1579 (Documento 37) foi um assunto totalmente diferente, embora também pretendesse ser uma extensão da Pacificação de Ghent. Juntou-se todas as províncias do norte com a Flandres e o Brabante como membros associados. Era uma aliança formal de províncias agindo como se fossem estados independentes e decidindo integrar suas políticas estrangeiras e esforços de guerra através de uma federação bastante frouxa para defender sua independência individual e os costumes tradicionais. Vale ressaltar que o primeiro artigo segundo o qual as províncias devem manter-se unidos como se fossem apenas uma província, afirma que o objetivo deste objetivo é preservar sua identidade separada. Até mesmo os antigos direitos e costumes eram reconhecidos como essencialmente locais e não deveriam ser parte de uma constituição abstrata geral, tal como foi feito no período em que a propaganda de William de Orange se esforçou para sustentar a unidade do país. Por outro lado, esse número restrito de províncias, associadas em uma união livremente inserida, procuraram maneiras de estabelecer uma forma de governo federal mais coerente do que os Estados Gerais alcançaram. As inovações mais marcantes, no entanto, as decisões da maioria, os poderes plenos dos delegados à assembleia, tributação federal etc. - na verdade não foram implementadas. O que realmente aconteceu logo após 1579 foi que Parma conseguiu ocupar a maior parte da Holanda do Sul, com o resultado de que as províncias que permaneceram membros da União geral eram praticamente as mesmas que as associadas na União de Utrecht. Já no verão de 1580, os Estados Gerais reconheceram o Tratado de Utrecht como vinculativo para eles: gradualmente, a União de Utrecht foi unida à União geral e, no processo, a tentativa de revisar e simplificar o método de alcançar decisões vinculativas foi em grande parte abandonado. Foram os métodos tradicionais dos Estados Gerais em vez das inovações da União de Utrecht que foram consagradas como dogma constitucional no estado dos Países Baixos do Norte, embora, para complicar as questões, o Tratado de Utrecht foi mais tarde considerado como uma lei fundamental holandesa.

Entretanto, tornou-se quase impossível sustentar que os Estados Gerais, a União

de Utrecht, seus oficiais e exército ainda atuavam como sujeitos leais do rei. Em 1579, foi declarado em um panfleto autoritário (Documento 38) que era desnecessário respeitar as opiniões do rei em questões relativas aos Países Baixos.

32

Ao mesmo tempo, prosseguiram as negociações com o duque de Anjou (ver Documento 42) e eles diziam explicitamente a nomeação de um novo governador como no caso de Matthias, mas de um novo *soberano*. Obviamente, em 1579, a visão prevalecente era que Filipe II havia perdido, ou estava rapidamente perdendo, a sua soberania porque, como um tirano, ele se tornara um inimigo do estado. Como resultado, a soberania na Holanda estava vagamente vaga. Não está completamente claro o que realmente aconteceu então. Provavelmente, os Estados-Membros argumentaram que eles, supostamente eleitos pelo povo para guardar a constituição, tinham o direito de confiar em uma soberania que, como era inseparável e possivelmente idêntica à constituição, era algo permanente que não se evaporava com a pessoa que perdeu. De modo algum eles sugeriram que Philip II perdeu a soberania revertida para o povo e seus representantes, os Estados Gerais. Isso implicaria um conceito de soberania ainda estranho a essa geração, não tanto porque se aproximava da ideia de soberania popular - afinal de contas, uma teoria suficientemente tradicional - mas porque era muito preciso e definitivo. Mesmo a soberania popular neste sentido e forma pode ser mais coerente e criativa do que o que os Estados-Membros estavam procurando por esse momento. Na verdade, eles simplesmente queriam um protetor francês que lhes proporcionasse meios militares, financeiros e políticos para continuar sua guerra. Caracteristicamente, a reorganização prática do governo em que William de Orange e seus consultores insistiram repetidamente (veja especialmente o Documento 45) não estava imediatamente relacionado com a discussão sobre o novo soberano. A soberania e o governo aparentemente eram vistos como assuntos distintos em diferentes esferas da vida. Se a Holanda tinha um soberano ou não importava enormemente do ponto de vista jurídico e diplomático, mas não interferiu materialmente com o funcionamento do governo e a independência das instituições e pessoas responsáveis.

Depois de longas negociações e hesitações morosas por parte das províncias individuais, Anjou foi finalmente oferecido um tratado (agosto de 1580), que o promoviria para a qualidade de "príncipe e senhor dos Países Baixos", não para o de soberano. Quando Anjou perguntou por que ele não devia ser chamado de "soberano" - Jean Bod, o conselheiro de Anjou - Marnix, que explicou a proposta em uma conversa

peçoal com Anjou em Tours, respondeu que a palavra francesa não tinha equivalente em holandês. Isso foi, embora em certo sentido verdadeiro (em holandês a palavra francesa é usada), uma resposta diplomática sofisticada, mas, ao mesmo tempo, muito mais do que isso. Muito interessante do ponto de vista constitucional foi o artigo XXVI:

33

Sua Alteza e seus sucessores não só juram um juramento geral aos Estados que eles manterão este tratado, mas também jurarão o juramento solene usual em cada província. No caso de Sua Alteza ou seus sucessores infringirem qualquer ponto deste tratado, os Estados serão, de fato, isentos de seu dever de obedecê-lo e de sua fidelidade a ele e terão permissão para levar outro Príncipe ou organizar as coisas de forma diferente, como eles pensam melhor.²

Representou uma extensão considerável da Joyeuse Entrée, que só permitiu a suspensão da obediência por um certo período de tempo (como foi claramente e objetivamente indicado em 1580: Documento 44). No entanto, os delegados cuja tarefa era persuadir Anjou da razoabilidade deste artigo declararam com um otimismo um pouco exagerado que os príncipes da Holanda nunca se mostraram relutantes em terem-se reprimidos por cláusulas semelhantes, mesmo às vezes por cláusulas ainda mais rigorosas do que o presente Um, como poderia ser fundamentado por inúmeras cartas antigas.³

Apesar dos fortes protestos de Anjou, o artigo foi mantido porque, de acordo com os delegados, "era um antigo privilégio, de fato, a base e o fundamento de todas as nossas liberdades e privilégios. No entanto, quando Anjou propôs que como este era um privilégio antigo do país e Sua Alteza pretendia manter os privilégios em todos os aspectos e em todos os momentos ... a cláusula de acordo com seus privilégios antigos "deveria ser adicionada",⁴ o Delegados recusaram isso também. Possivelmente, eles suspeitaram que o exame das cartas antigas não suportava a interpretação colocada por eles em artigos desse tipo - havia alguma dúvida entre os panfletistas em 1581 sobre o valor dos privilégios (Documentos 50 e 51) - embora possamos assumir que Eles o consideraram o único que era fundamentalmente correto.

Em setembro de 1580, Anjou assinou o documento sem pretender respeitá-lo, pois, em troca das grandes quantias de dinheiro e soldados que ele foi feito para prometer, ele recebeu pouco poder efetivo. A ratificação formal por sua parte ocorreu em janeiro de 1581 em Bordéus (Tratado de Bordéus). Quando depois de muita demora e uma visita à Rainha Elizabeth, ele chegou aos Países Baixos (1582 de fevereiro) e jurou o juramento exigido aos Estados Gerais em Antuérpia, ele rapidamente conseguiu tornar-se impopular

por seus modos absurdos e seu harém masculino. Em janeiro de 1583, ele tentou perpetrar um golpe de Estado e derrubar os dois Estados Gerais e William de Orange pela força. No entanto, de forma determinada e eficiente, o povo de Antuérpia expulsou os soldados franceses que Anjou havia introduzido na cidade. Embora, apesar de tudo isso, William de Orange permaneceu leal à aliança francesa (Documento 53) e impediu a demissão formal de Anjou, era óbvio que o problema da soberania permaneceu sem solução.

34

O documento 47, que deve ser lido no contexto desses eventos - foi publicado na primavera de 1581 - dá uma impressão interessante sobre o tipo de problemas teóricos e práticos então visualizados, o tipo de argumentação então utilizada na tentativa de resolvê-los e Dilema em que as pessoas eram lideradas por circunstâncias. O que atinge o leitor moderno é a mistura de esquematização abstrata e realismo pragmático. Consciência aguda do fato de que os Estados Gerais não se elevaram ao nível intelectual exigido para governar o país em vez de mitigar o governo do rei e resistir às suas ordens - o mesmo ponto foi enfaticamente feito no discurso eloquente de William de Orange aos Estados Unidos Geral de 1 de dezembro de 1581: o documento 52 - foi acoplado com a hipótese inadequada e bastante pedante de que o governo aristocrático era necessariamente um governo exercido por nobres e condenado ao fracasso nos Países Baixos por causa das deficiências evidentes no caráter da nobreza. Na verdade, é claro que os Estados Gerais não foram dominados pela nobreza. Além disso, é difícil ver como os benefícios do governo monárquico, descritos de forma tradicional como trazer ordem e unidade ao estado dividido e corrupto e louvados aqui em defesa da candidatura de Anjou para a soberania, podem ser derivados do sistema, o autor obviamente tinha em mente. Indubitavelmente, sua interpretação da soberania popular privou o monarca do próprio poder que ele precisaria para fazer o que o autor esperava.

Nos olhos da corte espanhola, especialmente Granvelle, as negociações com Anjou provaram que William de Orange estava cometendo alta traição. Em um edito datado de 15 de março de 1580 e bastante relutantemente publicado por Parma em junho, William de Orange foi responsabilizado por todos os distúrbios na Holanda e declarou ser a única causa dos problemas, o homem que com sua astúcia e brutalidade forçou as pessoas Nos Países Baixos, abandonar o catolicismo romano, que arruinou a Igreja, perturbou todo o estado, a praga pública da república cristã, um traidor e inimigo do rei, do país e da humanidade, assim ele foi proibido e um preço foi colocado em sua cabeça. Em dezembro de 1580, William de Orange enviou uma demonstração aos Estados Gerais

em que ele refutou a acusação do rei (Documento 48). Na carta de acompanhamento, ele disse aos Estados que ele se dirigiu a suas desculpas porque ele reconheceu apenas eles para seus superiores - uma declaração notável, é claro, como uma resposta à imputação da corte espanhola de que ele era o único criador e líder De todo o movimento. Os Estados naturalmente aceitaram uma parte da responsabilidade pelo que foi feito e enfatizaram em sua resposta a William que ele era efetivamente eleito e escolhido para seus cargos tanto de tenente-geral da União como de titular.

35

Esta também foi uma declaração interessante. No entanto, os Estados não estavam preparados para imprimir a Apologia sob sua própria autoridade, aparentemente, eles foram cuidadosos para não se identificarem completamente com a situação de William. Foi por sua iniciativa pessoal que o príncipe finalmente publicou suas desculpas em janeiro de 1581, logo após cópias foram enviadas a reis e príncipes em toda a Europa com uma carta de apresentação que contém a seguinte passagem:

Mas, além disso, o rei da Espanha, tendo todo o mundo publicado, que eu sou uma praga pública, um inimigo do mundo, ingrato, infiel, um traidor e uma pessoa perversa, essas são feridas que nenhum cavalheiro, não, embora ele fosse Dos mais baixos dos assuntos naturais do rei da Espanha, pode ou deve suportar, tanto que, embora eu fosse um dos seus vassalos simples e absolutos. Então é por uma frase tão injusta em toda sua parte, que eu tenho sido arruinado, minhas terras e senhorias. Ele poderia ter me mantido absolvido e livre de todas as minhas bandas em relação a ele, e também ensaiado (o que até mesmo a natureza ensinou a todos) por todos os meios que pude para manter minha honra, que deveria ser para mim e para todos os nobres mais queridos do que a vida e os bens. Não obstante, ver que agradou a Deus mostrar-me essa grande graça que eu nasci um Senhor livre, não segurando outro senão do Império, assim como os príncipes e outros senhores livres da Alemanha e da Itália, e ainda vendo que eu tenho O título e tem o nome de um Príncipe absoluto e livre, no entanto, o meu *Princedom* não seja muito grande, sim, seja o que for, não sendo seu sujeito natural nem me segurando por ele, senão por minhas senhoras e senhorias que não obstante Ele me despojou, me pareceu que eu não podia defender minha honra e satisfazer ou contento meus parentes próximos, muitos príncipes (a quem é minha honra que eu estou vinculado) e toda a minha posteridade, mas em resposta por escrito público a essa acusação que, na presença de toda a cristandade, é publicada e defronta-me.⁵

Portanto, o argumento de William de Orange era duplo, por um lado, ele era um

servo dos Estados Gerais, responsável por eles e dependente deles, e nessa capacidade o executivo do governo constitucional.

36

Por outro lado, ele era um príncipe soberano por direito próprio. A conexão feudal com o rei em que a justificativa de suas políticas havia sido previamente fundamentada foi quebrada pelo próprio rei quando ele tirou as posses de William. O primeiro argumento foi usado para provar que os atos de William eram justificáveis de um ponto de vista puramente legal, o segundo para estabelecer a natureza da nova atitude de William em relação a Philip II. Como ele não era mais um vassalo vinculado com juramento, era necessário enfatizar que ele era mais do que apenas um indivíduo privado do vínculo com um senhor feudal, mas que ele era de fato um soberano independente ele mesmo fazendo guerra contra outro soberano estrangeiro.

O famoso edito dos Estados Gerais, de 26 de julho de 1581 (Documento 49), no qual confirmaram que Philip II havia perdido a soberania dos Países Baixos não acrescenta nada de novo ao que já havia sido dito muitas vezes antes. O documento não contém visões exclusivamente protestantes e a questão religiosa não foi enfatizada. Existe um entendimento intencional na resolução, há obscuridades ocasionais - particularmente nas passagens teóricas no início, onde o autor se refere à lei natural e positiva, à soberania popular e à nomeação de reis por Deus sem deixar claro que ele está usando contraditórios, ou, de qualquer forma, totalmente diferentes, conceitos que precisam de um desenvolvimento adicional antes de se unirem a uma doutrina coerente; Mas é o mesmo um trabalho extremamente eficiente com sua mistura judiciosa de fato e fantasia. Não foi uma amarga propaganda no sentido em que a desculpa foi; Era uma explicação relativamente calma sobre o que aconteceu e por que esses eventos durante um tempo considerável tornaram ilegítimo que os habitantes considerassem a Felipe II como seu soberano por mais tempo. É claro que Filipe II não perdeu sua soberania em 26 de julho de 1581. Ele claramente a perdeu bem antes dessa data. Em 26 de julho, os Estados-Gerais limitaram-se a afirmar isso como um fato; Eles não proclamaram a independência, eles não decidiram sobre nenhuma inovação revolucionária, passaram a resolução como uma questão de rotina, por meio de uma mera formalidade e sem dar atenção especial a ela.

O enigma constitucional já foi resolvido? Matthias tinha deixado a Holanda pouco antes de julho de 1581. Esperava-se que Anjou assumisse o governo em breve; Philip perdeu a soberania. Parece que, em teoria, as questões se tornaram claras, embora, por causa das circunstâncias práticas, na realidade, eles ainda permaneciam terrivelmente

confusos. Mas mesmo em teoria, a situação era menos satisfatória do que a superfície.

De 572, a Holanda e a Zelândia foram os agentes de resistência mais importantes para Felipe II; Mesmo em 1580 e 1581, antes de Parma completar a sua conquista do sul da Holanda, era óbvio que, para qualquer governante na Holanda, o caráter e o tamanho de seu poder dependiam em grande medida da posição que ele adquiriu na Holanda e na Zelândia. Anjou não recebeu nenhuma autoridade nestas províncias. O artigo xm do seu tratado com os Estados Gerais foi redigido assim: A Holanda e a Zelândia permanecerão como estão agora, especialmente nas religiosas, mas também em outros assuntos. No entanto, em matéria de cunhagem, guerra, impostos e privilégios que envolvem várias províncias ou cidades, estão sujeitos a Sua Alteza e à Generalidade. William de Orange, assim, manteve sua posição muito especial nas duas províncias e isso constituiu uma qualificação vital Da autoridade com a qual Anjou foi acusado. Em 1572, William de Orange tinha sido reconhecido como fadiga, mas logo descobriu-se necessário definir um pouco mais precisamente o poder que ele deveria suportar tanto quanto *locum tenens* ou suporte do rei, mas por direito próprio.

Ao longo dos anos, isso foi tentado em vários momentos. Em 1574, os Estados da Holanda declararam que graças à sua benévola colação, William de Orange tinha o direito de agir como governador e regente e lhe concederam poder absoluto, autoridade e comando soberano durante o período da guerra. Em 1575, eles formalizaram isso ainda mais, reconhecendo-o como principal pessoa dessas Países Baixos e como principal e primeira pessoa nos Estados do país com o título Senhor e autoridade máxima. Em 1576, Zelândia fez o mesmo. Mas durante as negociações foi cuidadosamente acrescentado que os Estados o elegeram e o escolheram com essa qualidade na medida em que estava neles. Isso provavelmente significava que, no que dizia respeito, William tinha direito a esse escritório, mas que o rei deveria ratificar essa decisão. Estava longe de uma solução elegante; Para o que é a posição constitucional dos Estados que afirmam ser capazes de conceder o poder absoluto ao *locum tenens* do rei em algumas províncias desde que o rei permita isso? Além disso, na prática, tais palavras como *absoluto e soberano* acabaram por significar praticamente nada. Os Estados não sonharam em criar uma nova forma de poder absoluto e William de Orange não tinha ambição de possuí-la. Possivelmente, esta terminologia imprudente foi usada para aumentar o prestígio de William; Também serviu como uma espécie de encantamento para afastar a anarquia iminente sem mudar nada de forma fundamental.

Em 1580 era evidente que as negociações com Anjou obrigariam os Estados-Membros a declarar oficialmente Philip II como inimigo do país. Por conseguinte, tornou-se necessário examinar o que aconteceria nos escritórios de William de Orange. Em qualquer caso, sua função de fadiga de Philip II perdeu o pequeno significado constitucional que ainda tinha.

38

Teoricamente, teria sido bom perpetuar o escritório e reconhecer William de Orange como o fator de Anjou, mas isso era inaceitável para os Estados da Holanda e da Zelândia. Alguns membros dos Estados consideraram a possibilidade de nomear William como "senhor e protetor absoluto" das duas províncias e, em sua capacidade, fazer uma aliança com Anjou, o senhor dos Países Baixos. A discussão sobre isso e ideias semelhantes, no entanto, arrastou-se sem liderar em qualquer lugar. Em julho de 1581, os Estados finalmente limitaram-se a enfatizar que as circunstâncias não prejudicaram de nada o poder concedido a William em 1575 e 1576. Mais uma vez, ele recebeu "alta autoridade e governo" sobre a Holanda e a Zelândia e o direito de exercer "autoridade total" E poder como soberano e soberano "durante o período da guerra. Por outro lado, Anjou foi obviamente considerado ter sucedido Philip II na capacidade deste último como o conde da Holanda e da Zelândia. Isso torna a construção embaraçosa. Considerando que a elevação de William a funções tão altas foi em 1575 e 1576 lógico, pelo menos, de um ponto de vista prático, porque o soberano legítimo, o conde da Holanda, estava travando a guerra no país, não era particularmente elegante adotar a mesma atitude em relação Para Anjou, que deveria ser seu amigo e protetor.

Não obstante os termos pomposos e imprecisos utilizados, não é difícil ver o que a Holanda e a Zelândia queriam que o Príncipe fizesse e fosse. Ele deveria ser um líder do tempo de guerra com uma autoridade estreitamente definida, apenas suficiente para lhe dar confiança de que os meios financeiros e políticos necessários para levar a cabo a guerra seriam próximos com alguma regularidade. Mas o curso dos acontecimentos que, em 1577, fez William deixar a Holanda para residir primeiro em Bruxelas e depois em Antuérpia foi prejudicial à sua influência na Holanda, onde as cidades buscavam cada vez mais agir de forma independente e onde os sentimentos e ideias republicanos eram abordados pelos responsáveis E homens de peso. Ao mesmo tempo, William precisava servir de contrapeso para Anjou; Sua autoridade nas duas províncias deve ser enfatizada para evitar que a influência de Anjou penetre lá. Em 1582 ou 1583, parece que a Holanda baixou o tempo até - durante a duração da guerra - dependente da autoridade do príncipe.

Em agosto de 1582, uma delegação dos Estados da Holanda foi a Bruges, antes de William, perguntar se ele estaria preparado para aceitar a dignidade do conde da Holanda, e ele respondeu que ele estava disposto a fazer para que a Zelândia fizesse uma oferta similar. Logo, porém, a oposição à essa iniciativa, tanto nas duas províncias quanto fora delas, diminuiu consideravelmente.

39

Amsterdã acima de tudo era relutante em submeter-se para tal forma de soberania. Em junho de 1584 C. P. Hooft, um dos membros da Câmara Municipal - ele teve uma carreira importante como burgomaster - fez um discurso no qual ele disse coisas características: se você falar sobre isso com os cidadãos, você achou o quanto é difícil para muitos deles aprovar isso: Eu acho que muitos cidadãos proeminentes escolherão preferir ir além de ficar com a gente em tais circunstâncias e isso causará grandes distúrbios nos estratos mais baixos da população. Se a Sua Excelência tivesse mostrado no início desta guerra que ele pretendia se tornar conta, ele pensaria que não conseguiu muito e as pessoas que, em todos os lugares, abriram as portas da cidade para ele, não estariam dispostas a fazer isso. Mas, no momento em que todos estavam repetindo *pro Lege, Rege et Grege* (para a lei, o rei e as pessoas), boas palavras com certeza, e dizendo às pessoas que era a liberdade dos países que se esforçava sem nunca mencionar, Tanto quanto eu sei, a ideia de fazer de Sua Excelência o senhor hereditário dos países.⁷

Tanto o tom amargo deste discurso e seus conteúdos mostram claramente que o problema de Amsterdã foi levado a sério e que as improvisações aleatórias que levaram à oferta de soberania se sentiam ressentida. Essa exibição de orgulho republicano se disfarçou mais mundana e, portanto, eu sou mais importante? Dizia que Amsterdã temia a elevação de Guilherme de Laranja para a dignidade de Philip II porque: esperava que o rei na sua ira se ofendesse no mais cruel possível: maneira de impedir todo o comércio entre a Holanda e a Espanha e assim destruir o lucrativo comércio de Amsterdã com o inimigo.

Mas, apesar das negociações de atitude de Amsterdã prosseguiram, e em 15 de dezembro de 1583, os Estados da Holanda e da Zelândia concordaram em termos de tratado com William de Orange que eram aceitáveis para ele. Na realidade, a qualidade do conde da Holanda não adicionou autoridade substancial ao poder limitado que possuía de acordo com os arranjos de 1576 e 1581. O ponto vital era que o que havia sido provisório agora era permanente. Mas isso não aumentou seu poder; Em certo sentido, realmente o retrucou. Em 1576 e 1581, William foi nomeado com o propósito de proteger

a constituição em conjunto com os Estados, e ele derivou: sua autoridade dessa tarefa. Agora, no entanto, os Estados se tornaram os pilares da constituição contra William de Orange, que, como conde, devem ser impedidos de invadir direitos e privilégios antigos. O resultado foi que o tratado da Holanda com William de Orange não diferia essencialmente em caráter e conteúdo do dos Estados Gerais com Anjou, ao qual foi feita uma referência explícita: William de Orange concedeu aos Estados da Holanda e da Zelândia, foi dito, todos os direitos concedidos em *Joyeuse Entrée* do duque de Brabante e o tratado com o duque de Anjou. A mesma cláusula XXVI do tratado de Anjou foi assumida. Tudo isso, no entanto, foi infrutífero. Em julho de 1584, antes de poder ser inaugurado como conde, William de Orange foi assassinado.

40

O que permaneceu obscuro em todos esses procedimentos foi sua base legal ou constitucional. Ninguém perguntou se os Estados de uma província individual tinham o direito de nomear um soberano. Além disso, teria sido lógico que as pessoas que ofereciam a dignidade de contar a William de Orange para tomar o problema de demitir Anjou (ver a argumentação engenhosa mas insatisfatória de Marnix no Documento 54). As circunstâncias, no entanto, não eram tais que pouca atenção poderia ser poupada para sutilezas constitucionais. Nenhum plano constitucional coerente havia sido elaborado. O tratado com Anjou era apenas uma improvisação como a de William de Orange. Se esses contratos de trato se parecem com constituições modernas, isso é, em certo sentido, acidental e, além disso, apenas parcialmente verdadeiro. Pois o que ainda faltava era uma definição de soberania. A clareza sobre seus conteúdos não foi fornecida, nem foi decidido onde a soberania era residir em última instância.

A discussão sobre a melhor forma de governo tornou-se geral em 1583. Os fragmentos selecionados (Documentos 55, 57, 58, 59) dão uma impressão de seu tamanho e estilo e mostram ao mesmo tempo o desordem a que os eventos levaram. Em 1584, o colapso total da frente dos rebeldes estava longe de ser improvável. Não só a ofensiva de Parma no sul dos Países Baixos alcançou sucesso após o sucesso com a queda das principais cidades da Flandres (ver Documento 60), a morte de Anjou em junho e o assassinato de William de Orange em julho prejudicou tanto o teórico quanto o base prática do sistema governamental. As tentativas de fortalecer o governo ao criar ainda outro Conselho de Estado que foi sugerido deveriam ser dadas "todo poder e autoridade soberana" (Doc. 61). foram apenas metade do sucesso. Um homem como Marnix que tinha sido nomeado burgomestre de Antuérpia por William de Orange e, naquele

momento, defendia a cidade contra as tropas de Parma, repetido em um panfleto patético (Documento 62), os argumentos retóricos e as soluções mal sucedidas do passado. Com a morte de seu grande amigo e ele perdeu sua autoconfiança e nervosismo e em agosto de 1585 ele entregou Antuérpia sem, talvez, esgotar todos os meios para perpetuar 7 resistência.

Enquanto isso, os Estados-Gerais estavam tentando redefinir sua posição em um esforço tanto para obter ajuda estrangeira quanto para esclarecer a opinião pública.

41

As circunstâncias eram singularmente complicadas. Pouco antes de sua morte em 10 de junho de 1584, Anjou concordou com os princípios de um novo tratado com os Estados Gerais, pois o valor do tratado original de Bordéus tornou-se duvidoso após os acontecimentos de janeiro de 1583. Embora os Estados Gerais fossem justamente considerados ofensivos Após o golpe fracassado de Anjou, eles procuraram conquistar novamente o favor de Anjou e foi o desenvolvimento dramático da guerra que os deixou dispostos em 1583 a conceder a Anjou substancialmente mais poder do que em 1580. No novo tratado, artigo XXVI do tratado de Bordéus não foi assumido. Os Estados-Gerais já não apareceram como fizeram em 1580 como o poder alto e poderoso que benevolmente concedeu alguma autoridade restrita ao duque francês. Sua necessidade desesperada de ajuda estrangeira era tão dominante que eles estavam preparados Para declarar que, no caso de Anjou morrer sem descendência legítima, os Países Baixos estariam perpetuamente unidos e anexados à coroa da França nas condições que Os Estados concordaram com o duque de Anjou no Tratado de Bordéus e com o entendimento de que as leis, costumes, usos, contratos e antigos privilégios dos países permanecem válidos.⁸ Isso era mais do que uma simples fraseologia. Os Estados deram a Henri III permissão para levar duas cidades por meio de uma garantia, enquanto Anjou foi autorizado a colocar suas tropas em todas as cidades onde ele morava, exceto em Antuérpia e Ghent.

O rascunho que naturalmente precisava de ratificação por parte de Anjou e Henri III ainda não havia sido selado e jurado quando Anjou morreu. No entanto, os Estados decidiram agir como se o tratado fosse válido e, assim, informaram o rei francês de que as províncias haviam passado para ele e que eles gostariam de prestar juramento de lealdade, assim como se trata de bons vassallos E assuntos a fazer em relação ao seu senhor soberano. No entanto, Henri III não sonharia em aceitar uma forma de soberania tão definida como a do Tratado de Bordéus. Não razoavelmente, ele considerou a ajuda que

ele deveria dar aos Países Baixos, implicando uma guerra aberta com a Espanha, mal recompensada pela distinção de se chamar príncipe e senhor - ou mesmo apesar do tratado de Bordéus: senhor soberano! Dos Países Baixos sem poder para atuar como tal. Os neerlandeses, por seu lado, não entenderam a natureza da sua recusa de considerar o tratado como vinculativo. Eles não conseguiram perceber que o rei francês não ficaria satisfeito com uma posição alcançada em longas negociações entre parceiros praticamente iguais e com base em um conjunto de limitações constitucionais. Não obstante as circunstâncias desesperadamente críticas, eles começaram mais uma vez em províncias e cidades a deliberar sobre possíveis alterações no Tratado de Bordéus e novas concessões ao

Rei, com o resultado de que não foi até janeiro de 1585 que uma deputação dos Estados Gerais chegou finalmente na França a oferecer a soberania a Henri III.

42

As províncias, estão vagas e novamente à disposição dos Estados Unidos, e como o rei da Espanha e seus adeptos continuam a guerra, invadem e oprimem cruelmente, as províncias foram apropriadas e de acordo com a justiça e a lei natural, isso aconteceu para que pudessem se refugiar e se lançar nos braços de Sua Majestade, se unindo ao reino da França, do qual muitos foram separados no passado, ser governado e defendido.

Não é fácil definir o que a teoria estava por trás da ideia de que, na morte de Anjou, as províncias estavam novamente à disposição dos Estados, mas a terminologia não parece indicar que os Estados se considerassem soberanos no período entre o desaparecimento de um soberano e a chegada do próximo. A ideia era, em vez disso, que os guardiões da constituição mantivessem em confiança a autoridade necessária para protegê-la, desde que não houvesse mais ninguém para realizar essa tarefa (ver também o Documento 63 para uma exposição um tanto ambígua ou incompleta sobre o que acontece nessa situação). Quando eles estavam considerando a instrução a ser dada aos deputados a Henri III, eles previram que o rei poderia muito bem perguntar-lhes qual o poder que os Estados tinham de entregar as províncias, então decidiu responder que a lei da natureza e da história, bem como os antigos privilégios permitiram que as nações oprimidas buscassem a ajuda de príncipes generosos cujo dever real é defender os fracos e os pobres contra os poderosos e os ricos. Isso, obviamente, não foi uma resposta, mas teve o mérito limitado de eliminar cuidadosamente a concepção de soberania popular ou soberania dos Estados. Tudo era o mesmo perigoso e ingênuo. Se Henri III tivesse aceitado a soberania sobre tal base, ele certamente teria interpretado na moda francesa moderna o significado de que os

holandeses não entendiam ou não desejavam entender. Mas Henri III não aceitou a proposta. Em 1585 de março ele se recusou a apoiar os Países Baixos em uma guerra aberta com a Espanha⁹ e acabar com as negociações.

Poucos dias depois, os Estados Gerais decidiram se aproximar da Elite da Rainha Elizabeth com uma proposta similar, mas foram três meses antes de toda a preparação. Utilizaram terminologia interessante. Já não se referiam ao projeto de tratado com Anjou, mas declararam:

Assim como pela morte de Sua Alteza, o príncipe e o senhor das palavras foram completados e uma deputação totalmente autorizada poderia embarcar para a Inglaterra. Feito mais sábio pela atitude de Henri III, os Estados forneceram três conjuntos de instruções.

43

Os deputados foram os primeiros a oferecer a soberania dos Países Baixos à rainha, em “condições razoáveis”, de fato quase iguais às propostas ao rei francês; Se a rainha declinasse isso, eles deveriam pedir que ela se tornasse “protetora” dos países e, se isso também fosse recusado, eles só solicitariam assistência militar. É bem sabido que a rainha não queria ser soberana ou protetora da Holanda, mas se sentiu obrigada, nas circunstâncias, a fornecer ajuda militar. Desde o início, deixou bem claro que ela recusou o “principado e propriedade” da Holanda. Mas os embaixadores holandeses insistiram. Em 11 de julho, eles apresentaram os ingleses com um remontamento em que declararam:

Os Países Baixos são todos duques, condados e *seigneurias* separadas, governados por seus próprios magistrados, leis e ordenanças, cada um tão independente que nenhuma província possui autoridade sobre o outro. Esta é a razão pela qual eles precisam do poder supremo de um príncipe ou senhor *seigneur* que os ordena todos. Um tal príncipe cuidará do bem-estar público da generalidade e não para o lucro privado de uma província individual; Ele obrigará todos a executar e obedecer prontamente e, em geral, os comandos e ordenanças feitos para levar a cabo a guerra e reduzir a ordem da sociedade de acordo com as circunstâncias, as oportunidades disponíveis e a temporada. Se cada província conservar a soberania e supremacia, comandando sua população, será impossível garantir que as ordens do tenente geral da Sua Majestade ou do seu Conselho sejam obedecidas tão prontamente.¹⁰

Quando os ingleses pediram aos enviados quais os valores que estavam dispostos a pagar pela restituição, o dinheiro do avanço que a rainha deveria gastar antes que os impostos holandeses produzissem o suficiente para financiar o esforço de guerra, foi-lhes

dito que “se Sua Majestade aceitasse a soberania ou proteção perpétua, essa restituição não ocorreria para que Sua Majestade tivesse posse do país inteiro”.¹¹

É notável que a *proteção eterna* fosse considerada na prática equivalente à soberania. Que esta foi, de fato, mais do que uma manobra durante as negociações, a fim de obter vantagens financeiras, resulta da resolução dos Estados Gerais em 6 de junho de 1585, na qual definiram por completo o que deveria ser entendido pela proteção.

44

Se a rainha se recusasse a soberania Sua Majestade será convidada pelos Estados Gerais das Províncias Unidas, isto é, por Gelderland, Flandres, Holanda, Zelândia, Utrecht e Friesland, a aceitar e receber por si e pelos sucessores legítimos do reino da Inglaterra, os protetores da reforma Religião, as ditas províncias unidas sob sua proteção perpétua e para mantê-las e defendê-las contra o rei da Espanha, em condições boas e razoáveis, a saber: que Sua Majestade será declarada protetora das Províncias Unidas e de todos os seus privilégios Direitos, liberdades e costumes e usos louváveis, tanto gerais quanto particulares, e que, a esse respeito, será respeitada, honrada e obedecida. As províncias, os membros e as cidades indicadas permanecerão unidas em um só corpo e uma associação tão distante como esta proteção e sua defesa estão.¹²

Não é surpreendente que, de acordo com os holandeses com sua concepção tradicional da relação entre soberania e constituição, protegendo a constituição equivale a ser soberana. A diferença era de forma e título, não de substância.¹³

Ao nível do governo prático, os Estados Gerais propuseram que a rainha Elizabeth, que concordasse em proteger os Países Baixos, enviaria um tenente geral que governasse o país junto com um Conselho de Estado designado pelos Estados Gerais e de acordo com uma instrução elaborada por Os Estados Gerais. Foi explicitamente afirmado que nem o tenente geral nem o seu Conselho jamais poderiam fazer mudanças na religião ou nos privilégios dos Estados Gerais e das províncias. Obviamente, os Estados tentaram assim esboçar o que eles pensavam que o arranjo ideal em uma situação que conheciam bem no passado recente. A ideia de tornar o delegado protetor um tenente geral foi evidentemente retirada do modelo do governador-geral enviado por Carlos V e Filipe II, com o resultado de que, também a respeito, a diferença entre soberania e proteção era muito pequena.

A rainha permaneceu indefinidamente contra tais sugestões. Quando se realizou alguns homens importantes na Corte, entre eles o conde de Leicéster, aconselharam os deputados holandeses a ir além de suas instruções e a pedir um governador inglês com

funções militares e políticas, mesmo que a rainha não quisesse ser soberana Ou protetor. Mesmo que o que eles estavam fazendo fosse ilógico, os enviados holandeses pediram educadamente à rainha que conceda (Verleenen) aos países um senhor de qualidade para o líder e diretor nos Países Baixos, porque as questões se passaram em desordem desde a morte de Sua Excelência [William De Orange].¹⁴

45

Deve-se enfatizar que esta solução de compromisso não foi proposta pelos holandeses que, de forma geral, foram consistentes o suficiente para conectar o pedido de um governador inglês com o pedido para serem aceitos como assuntos da rainha ou protegidos.

No tratado definitivo de outubro de 1585, o cargo de tenente geral foi largamente indefinido, embora tenha claramente recebido mais autoridade do que o *príncipe e senhor* Anjou alguns anos antes. Seus deveres eram extensivos; Ele foi encarregado de restaurar a autoridade pública, reformar a situação financeira e militar e, em geral, servir os Países Baixos o melhor que pudesse. Aparentemente, a intenção era que acordos mais precisos sobre a competência e o poder do governador fossem feitos por ele em negociações diretas com os Estados Gerais. Isso, de qualquer forma, foi a opinião do Conselho Privado da Rainha e dos Estados Gerais. A própria rainha, no entanto, discordou desde o início ou mudou de ideia depois, pouco antes de sua partida, proibiu o conde de Leicéster, que foi nomeado para o cargo, para aceitar novas comissões dos Estados Gerais. Oficialmente, ele era apenas o general do exército inglês; Se ele ajudasse a restaurar a ordem nos assuntos holandeses, que seria bom e mesmo necessário de acordo com o tratado, mas não deveria fazê-lo na qualidade de governador enviado pela rainha. Constitucionalmente, esse era um ponto de vista correto. Elizabeth estava dando assistência militar; Ela não era soberana nem protetora. Os Estados, no entanto, não conheciam essa ordem secreta para Leicéster. Obviamente, eles pensaram - e isso não era irracional - que, se ela enviou um governador, desejava que ele fizesse negócios e aceitou a responsabilidade por isso, de fato, agiu como se fosse a protetora desse título. Assim, eles literalmente deram honras e poderes sobre o conde à chegada aos Países Baixos em dezembro de 1585. Eles fizeram isso de uma maneira que teve implicações que provavelmente não eram claramente percebidas. Em fevereiro de 1586, eles decidiram que Sua Excelência (além do título, encargo e comissão que lhe é dada por Sua Majestade e, além da autoridade que possui, em virtude do Tratado celebrado entre Sua Majestade e os mencionados Estados Gerais, que Sua Excelência manterá e manterá todos os seus

pontos e artigos, que conservará sua força original, cada um em seu respectivo respeito) será comissionado Governador e Capitão Geral das referidas Províncias Unidas, e que Sua Excelência deve ter pleno poder e comando absoluto em matéria de guerra e todas as questões relacionadas com ela.

46

Sua Excelência terá pleno e absoluto poder nas Províncias e regiões associadas mencionadas, em matéria de governo civil e justiça, como os Governadores Gerais dos Países Baixos, em todos os tempos legalmente possuídos, e particularmente no tempo de Carlos V de amada memória e sua Excelência terá o poder de convocar os Estados Gerais das referidas Províncias em qualquer momento e local nas referidas Províncias, ou onde ele desejar, e na convocação de Sua Excelência, eles serão obrigados a aparecer na hora e lugar designados. Além disso, os referidos Estados, tanto gerais como particulares, devem reunir-se quando desejarem e agirem conforme julguem adequados para o bem-estar e o serviço do país: tudo isso sem prejuízo dos direitos, liberdades, preeminências, privilégios, tratados, contratos, Estatutos, ordenanças, decretos e costumes das províncias acima mencionadas, em geral, ou de cada província, cidade e membro de cada uma em particular, o que, apesar de tudo acima, permanecerá em pleno vigor.¹⁵

Este é um documento extraordinário. Os Estados realmente aceitaram que os governadores-gerais sempre possuíam “poder total e absoluto” e, em caso afirmativo, o que eles poderiam ter pensado que isso significava? Obviamente, esse poder não foi permitido invadir a constituição existente, que foi interpretada da maneira mais ampla possível, incluindo a total liberdade por parte dos Estados gerais e provinciais para se reunirem e agir como desejassem. Mas mesmo assim, a comissão concedida a Leicéster pelos Estados implicava muito mais do que a rainha o havia concedido. Estava furiosa. Era exatamente isso que ela não queria que acontecesse. Para o mundo exterior, Leicéster provavelmente apareceria como seu governador, e isso a envolveria nos assuntos da Holanda em uma medida muito maior do que ela pensava sábia. Os Estados não entenderam isso. Tiveram muito cuidado de indicar com tanta precisão que eram eles e eles sozinhos quem eram responsáveis pela nomeação. Leicéster estava se tornando não o da rainha, mas seu próprio governador. Foi cauteloso o que os levou a fazê-lo, não a presunção. Mas, ao fazê-lo, aceitaram abertamente que possuíam soberania. Eles não tinham feito isso antes. Em seus tratos com Anjou, William de Orange e Henri III, eles se abstiveram de reivindicar a soberania. Agora, inevitavelmente, eles tinham que. Não era o que eles desejavam. Eles prefeririam ter um governador-geral nomeado pela Rainha

Elizabeth em sua capacidade como soberano. Mas ela recusou tais honras. O próprio Leicester tinha sugerido o compromisso ilógico que levou à sua missão na Holanda. Na ausência de um soberano para desempenhar a tarefa de nomeá-lo como governador-geral, os Estados tomaram isso sobre si mesmos. Durante as negociações dos Estados Gerais com Leicester em janeiro de 1586, esta atitude foi claramente formulada. Em uma ocasião, os Estados provinciais foram mencionados como instituições com as quais a soberania do país está residindo agora (*bij denwelcken nu de souveraineté van den lande*). Este foi o início extraordinariamente paradoxal da independência holandesa.

47

Um homem mais sábio, mesmo que Leicester, provavelmente não teria conseguido lidar com sua tarefa. Sua posição era ambígua no extremo. Embora apenas um delegado da rainha inglesa e um funcionário dos Estados Gerais, ele foi convidado a governar os Países Baixos de forma mais arbitrária, mesmo do que William de Orange foi autorizado. Não é de admirar que ele falhou. Suas políticas militares, econômicas, financeiras e religiosas não tiveram êxito e rapidamente o fizeram perder o apoio da província da Holanda. Um processo extremamente complicado de polarização levou à formação do que era considerado o partido político de Leicester. Seus opositores suspeitavam que este grupo tivesse um conjunto de objetivos políticos que representassem um programa real. Considerou-se centralista, democrática, calvinista e ansiosa para expandir a guerra com o objetivo de reconquistar o sul do país para o calvinismo. Havia indubitavelmente alguma verdade nisso, embora esses objetivos políticos se formassem na realidade menos de um todo consistente do que se sugeria. Mas, mesmo que, por exemplo, as tendências democráticas do partido não fossem tão fortes como se suspeitava, não havia dúvida de que os adeptos de Leicester eram favoráveis a reformas governamentais prejudiciais à superioridade e autonomia dos Estados provinciais, em particular os da Holanda. Suas políticas foram direcionadas contra esses elementos no sistema de governo que assegurou aos Estados provinciais uma firme firmeza sobre as igrejas reformadas e o poder incontestado das oligarquias urbanas. Em vez disso, Leicester esperava estabelecer um governo centralizado sob sua própria liderança indiscutível.

Pensa-se que ele estaria em melhor posição para atingir seu objetivo se a rainha fosse induzida a aceitar a soberania apesar de sua recusa anterior. O documento 64 dá uma impressão dos argumentos e implicações. Aqui, de fato, considerou-se que uma nova definição de soberania diferia substancialmente da tradicional. Prouninck (Documento 64

e ver Documento 47) obviamente visualizou uma monarquia calvinista que não estava mais baseada na antiga constituição, mas formou um governo dinâmico e carismático que não tinha precedentes na Holanda. Ele estava aparentemente convencido de que a rainha poderia ser persuadida a assumir a soberania se fosse oferecida sem condições. Mas os Estados da Holanda não conseguiram sonhar em definir a soberania desse jeito. No começo de 1587, eles e os Estados-gerais concordaram relutantemente em pedir a rainha mais uma vez para assumir a soberania, mas foi, como em 1585, uma soberania condicional e limitada em que pouco espaço para a prerrogativa real "absoluta" era deixada.

48

Enquanto isso, todo o assunto irritava os Estados e causava séria ansiedade. Quando Leicester foi temporariamente chamado de volta à Inglaterra em novembro de 1586, eles imediatamente começaram a minar o poder do Conselho de Estado ao qual ele delegou sua autoridade. Isso inspirou um dos seus membros ingleses, Thomas Wilkes, a escrever uma remissão de importância real, embora de natureza altamente paradoxal (Documento 65 e ver Documento 67).

O paradoxo era que Wilkes se referia à doutrina da soberania popular para refutar a soberania dos Estados. Este foi um movimento inteligente, especialmente quando ele introduziu a nova definição de soberania de Bodin em um país ainda despreparado para isso. Mas, fundamentalmente, fazia pouco sentido. Em primeiro lugar, deve repetir-se que, se os Estados tivessem aprendido a reivindicar a soberania, isso era porque eles precisavam de tal soberania quando obrigados a assumir a responsabilidade pela nomeação de Leicester como governador-geral. Em segundo lugar, ficou longe de ser claro que o conceito de soberania popular do século XVI era contrário à soberania dos Estados. Uma das coisas que os Estados da Holanda, respondendo a Wilkes em uma Dedução longa escrita por Francis Vranck (Documento 66), tentaram mostrar que não havia conflito entre as duas doutrinas. O que importava mais para eles, no entanto, era demonstrar em uma longa e acadêmica, embora altamente seletiva análise histórica, que as administrações urbanas, juntamente com os nobres, durante os últimos oito séculos possuíam soberania que muitas vezes confiaram às contagens e Condessas. A teoria de Wilkes era, portanto, sem sentido.

A Dedução de Vranck não só deu uma imagem realista da forma de governo que emergiu - em uma carta de 22 de julho de 1587 para a rainha Wilkes reconheceu a visão de Vranck para ser perfeitamente precisa - também se tornou uma importante fonte de

pensamento constitucional holandês. Pode mesmo ser interpretado como a conclusão lógica do desenvolvimento do pensamento político holandês durante a revolta. Mas há qualificações. Vranck realmente não definiu a natureza da soberania. Não há em sua prosa nenhum eco da frase de Bodin citada por Wilkes. A soberania em seu sentido não estava separada ou separada da constituição e dos direitos constitucionais, como foi mais tarde por teóricos holandeses do século XVII que elevaram a soberania dos Estados ao nível dos reis absolutos. Em segundo lugar, ainda não estava claro se a soberania residia com os Estados das províncias individuais ou coletivamente com os Estados Gerais.

49

Se eventualmente fosse monopolizado pelos Estados provinciais, isso foi causado por eventos políticos; Não estava implícito na teoria de Vranck.

Olhando para trás sobre a história do pensamento político holandês durante a revolta, o que atinge um é seu caráter incontestável e sua precisão. O Netherlander aparentemente se sentiu obrigado a justificar todos os seus atos e decisões com base na lei. É claro que eles esticaram a lei e o precedente ao ponto de deturpá-los talvez voluntariamente, e é claro que eles não apresentaram uma teoria consistente do governo constitucional. Mas, apesar disso, havia algo emocionante e impressionante em suas tentativas às vezes desesperadas e às vezes extraordinariamente pedantes de provar que tudo o que faziam era legítimo. Em última análise, suas ideias e suas ações formam um elo no desenvolvimento do pensamento e da prática constitucional europeia que estava em risco de ser quebrada pelas inovações duras do absolutismo moderno.

50

Notas finais

1- Resoluções dos Estados da Holanda citadas em [J. Wagenaar], *Vader-landsche Historie*, vol. Vn (2ª ed., Amsterdã, 1770), pp. 79-80.

2- G. Griffiths, *Governo representativo na Europa Ocidental no século XVI* (Oxford, 1968), pp. 495-6.

3 - Ibid. P. 502.

4- Ibid. P. 503.

5- Tradução inglesa contemporânea reproduzida em H. Wansink ed., *The Apologie do Príncipe William de Laranja contra a Proclamação do Rei de*

Spaine (Leyden, 1969), pp. 3-4.

6- Griffiths, Governo representativo, p. 494.

7- H. A. Enno van Gelder ed., *Memorien en Adviezen van Cornelis Pieterszoon Hooft*, vol. 11 (Utrecht, 1925), p. 7.

8- P. L. Muller e Alph. Diegerick eds., *Documentos relativos às relações entre o Due d'Anjou et les Pays-Bas (1576-1584)*, vol. V (Amsterdã, 1899), p. 698. Este esboço data de 25 de abril de 1584.

9- N. Japikse ed., *Resolutien der Staten-Generaal van 15/6 tot 1600*, vol. Iv (Haia, 1919), p. 495.

10- 'Rapport van de Nederlandsche gezanten, em 1585 naar Engeland gezonden', *Kronijk van het Historisch Genootschap*, 5ª série, vol. 11 (Utrecht, 1866) 1 P. 221.

11- Ibid. P. 232.

12- Japikse ed., *Resolutien*, vol. V (Haia, 1921), p. 59.

13- Em 1575, a rainha já havia sido convidada a agir como protetora; Isso foi considerado legalmente possível na condição de os Estados abandonarem Philip II. Isso, de qualquer forma, é a impressão deixada pelos documentos. Em relação ao duque de Anjou, no entanto, o termo protetor significava algo bem diferente do soberano. Quando Anjou foi declarado "protetor da liberdade dos Países Baixos contra a tirania dos espanhóis e seus adeptos" (1578), isso não, de acordo com a teoria dos Estados Gerais, reduz os direitos soberanos de Filipe II. Pode ter sido mais fácil fazer a distinção no caso de Anjou que não possuía um título soberano, do que na da rainha Elizabeth, que era.

14- 'Rapport', p. 252.

15- A tradução é por Griffiths que imprime o documento na íntegra, pp. 528- 31

Theological and Philosophical aspects in the thought of Johannes Althusius

Abstract

It may be said that Althusius's work offers: 1) a demonstrative theory of the natural law which emphasized the concordance between Christianity and the classics, and between biblical thinking and rational teachings on law and authority; 2) a symbiotic theory of human nature that focused on the natural and necessary dependence of man on God, transposing this relational notion into a social structure, where in an inductive way, that is, from the particular to the universal, there was a series of ties that bound the minority to the greater part, which demonstrated the intertwining, for example, of the neighbors to each other until a relation with the constituted powers, thus organizing the society in general. His Theory of Rights worked the dependence of men on one another and on men. Without these principles, a just society was not possible, in the view of Althusius. Based on the above information, it is intended to describe and analyze the theological and philosophical aspects in the thought of Johannes Althusius.

Keywords: Representative Government; Theology; Philosophy.

Historical Context of the thought of Johannes Althusius

According to Althusius, human society is articulated in a series of groups founded on mutual commitments (*consociatio*), the state being a federal structure resulting from the agreement of the local political communities (*villages and provinces*), where their

¹. Professor of History (1996). I have a Bachelor's degree in Theology from the Southern Presbyterian Seminary (1999), and I have a degree in Theology from University Presbyterian Mackenzie / SP (2006). I received a Masters in Philosophy from the Pontifical Catholic University of Campinas / SP (2003), PhD in Religious Sciences from Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / SP (2008) and PhD in Philosophy from Universidade Estadual de Campinas / SP - UNICAMP (2014). I am currently Professor Adjunct Professor I of University Presbyterian Mackenzie / SP. I worked for four years as Research and Extension Coordinator (2012-2016) at the Campinas Campus. I worked for three months as Academic Coordinator of Campus Campinas. I was an Ombudsman at Mackenzie Presbyterian University. Since January 2017, I have been working as a permanent professor in the Master of Science of Religion at the Presbyterian University Mackenzie, and I am a member of the NDE of the History course. I have experience in the areas of General History and Brazil, Political Philosophy, Philosophy of Law and Ethics. I mainly research in the following areas: Political Field and Religious Field; Political Philosophy; Philosophy of law; Media in Contemporary and Wars of Religion in Modernity. gersonleitedemoraes@gmail.com

sovereign authority depends on the associated groups, since It was they who delegated power to him, and could even revoke it from the control of the lower magistrates. It is possible to perceive from the outset the foundations of representative democracy and the power of popular sovereignty.

Elected in 1604 to the position of trustee (*mayor*) of the city of Emden in East Friesland, an important center of European Calvinist refugees and also a prominent place as a reference of high intellectual output. There, Althusius also had the opportunity to find in his Dutch neighbors and co-religionists a favorable environment for the application of his ideas, as well as a real situation in which he could put into practice his ceaseless struggle for municipal autonomy and against the interference of Superior and tyrannical powers. His writings on the Dutch Revolt were not only apologetic in tone, but a recipe for how to build a good society were not only treaties claiming the right of resistance, but the full validation of the rights of people and peoples. He was a polysemous and seminal author, generally using the dialectical method of French Calvinism based on the logic of Peter Ramus, Althusius spoke and fought the thought of contemporary authors of Catholic tradition such as Jean Bodin, Peter Gregory Tolosanus, Fernando Vazquez and other important thinkers, Mainly of the neo-scholastic of Salamanca. For that, he was worth several reformed writers, such as John Calvin, Theodore Beza, Martin Bucer, Heirinch Bullinger, Lambert Daneau, Hugo Donellus, Denis Godefroy, François Hotman, Francis Junius, William Perkins, Jerome Zanchius.

At first, before we work specifically on the thought of Johannes Althusius, it is of the utmost importance to analyze the developments and the radicalization of the Protestant Reformation in the context of the so-called wars of religion, especially in the French environment.

All this changes in 1572, following the St Bartholomew's massacres. In the few weeks following the assassination in Paris of the Admiral Coligny then principal leader of the Protestant party, dozens of additional political and military leaders were killed, and thousands of humbler Protestants were murdered. Altogether perhaps as many as 10.000 people were put to death in about a dozen cities. These massacres had a shattering effect upon French Protestants and their allies in other countries. They ended for good their hopes of winning all the France to their cause. They could not be dismissed as the work of a few wicked advisers, because they had been openly ordered by the king himself, supported by his mother and the older of his two remaining

brothers. They could not be dismissed as the work of a malevolent minority, because mobs of Catholic fanatics had taken to the streets and chopped Protestants to pieces by the thousands. It was obvious to the all Protestantism in France was as endangered minority without the resources to win for itself within the kingdom. (BURNS, 2008, p.207)

The episode known as Saint Bartholomew's Night further intensified the moods between Protestants and Catholics, and in this context, among Calvinists, there are several defenders of the right of resistance to the Magistrate and the possibility of practicing tyrannicide. Three works are important here. These works can be defined as true treatises that go back to the general history of resistance theory. These treatises are: *Francogallia*, François Hotman (jurist, historian and theologian), *Du droit des magistrats*, Théodore de Bèze (theologian and successor of Calvin in Geneva), and *Vindiciae against tyrannos*, most commonly attributed to Philippe du Plessis-Mornay.

From a philosophical and political analysis, it can be seen that the treaties mentioned can be defined as true pillars, even if still in an incipient way, of a new political order. It is also noted that the treatises have a common source, which is John Calvin's polysemous thinking. It is noteworthy that this is seen by some as a solid foundation of democratic theories of government as well as seen by others as an unscrupulous tyrant who acted ironically in Geneva.

In any case, there is no doubt that the possibility of resistance to the Magistrate and the contractualist notion of the government are important innovations for the European political scene of the sixteenth and seventeenth centuries. There is also no doubt that these activists, called *monarcômacos*, guided the debate of the construction of political relations in the beginning of modernity. The French case is just one example of how the thought of Calvin and the Calvinists flourished in Europe and later in America. English Puritanism and American Republican thought are good examples of the strength of Calvinist thought in the Western world.

The wars of religion ripped through France in the sixteenth century and caused countless deaths on both sides, and it is in this context, shortly after the famous Night of St. Bartholomew, which occurred in 1572 - a tragic night for Protestants - that the three works mentioned above And who intended to justify the resistance of the Huguenots (French Calvinists) to tyrants. They are the so-called monarchs, defenders of the possibility of tyrannicide.

Three of his best spirits committed themselves to expanding and expanding the Huguenot arguments of resistance. These efforts culminated, in the 1570s, in the writing of three treatises that go back to the general history of resistance theory. These treatises are François Hotman's *Francogallia*, Du droit des magistrats, Théodore de Bèze, and *Vindiciae against tyrannos* (Revide or Protest against tyrants), most commonly attributed to Philippe du Plessis-Mornay. (KINGDON, 1970, p. XXVI)

François Hotman was a jurist, historian and theologian. He arrived in Geneva in October 1572, began drafting the *Francogallia*, and in June 1573 obtained permission from the authorities in Geneva to publish the work. At the same time, Bèze began to write *Du droit des magistrats* and probably consulted Hotman about some elements present in his work. In the case of *Francogallia*, it can be said that:

The book was both an attempt to describe the old constitution (*vetus Galliae institutum*) and an appeal to restore it, whose partisans in France, politicians (*politici*), up until then called for the convocation of the General States. (KELLEY, 1970, pp. 206-207)

The *Francogallia* is a work of solid historical erudition. In it, Hotman sought to study the ancient constitution of France and to define still the powers legitimately attributed to the sovereign and reserved to the subjects. In the third edition of the work, six more chapters are presented, and the most anti-absolutist part is developed: [It] consecrates itself to specify the difference between what is of the king and what is of the kingdom. The doctrine of the real dominium (*dominium regium*) distinct from the royal estate (*patrimonium regium*) is very delicate and interesting (MESNARD, 1951, pp. 333-334).

Specifically in Chapter IX, entitled The King's Domain and the Appeal of His Brothers, Hotman (1972, pp. 255-257) writes the following:

In this definition there is a great difference between the patrimony and the real domain. The patrimony belongs to the king himself, but the domain belongs to the kingdom or, as is commonly put, belongs to the crown itself. [...] The king has the possession of the community as usufruct, and for this reason, as we have already said, he has no power to alienate it. In his domain, the king has the same action and the same right that a husband has over the wife's dowry.

According to Hotman, the king is the head; The kingdom, formed by the people assembled in assembly, is the body of the Republic. This body can change its mind at its

discretion by the simple fact that the king is mortal as any and every individual, since the kingdom, as *universitas*, benefits from the perennality of social forms.

As can be seen, Hotman does not see the king in any special quality in the transcendent realm, as receiving his office directly from God, and this puts the king on a level of command, but which is the result of a power delegated by the body of people Meeting in assembly. The king is only the legitimate holder of sovereignty when his will is in harmony with that of the kingdom; their decisions must be taken and delimited by law. The king must accept the fundamental principles of the monarchical institution, which implies to maintain the order of succession established, to maintain the integrity of the domain, to respect the possession and change of the officials of the kingdom and nothing to change with regard to the currencies. Moreover, the king should still regard the General States as an assembly expressing the will of the people and therefore to remember that it can not do anything without its express consent. The work of Hotman (1572) is a frontal attack on the real absolutism that prevailed in the beginning of modernity. In 1574, the libel 'The magistrates' right over their subjects was published in French and in Latin in 1576, and bears a certain resemblance to *Francogallia* (SKINNER, 1996, p.575).

In *Droit des magistrats*, of Bèze, the question of resistance to the tyrant appears in a more analytical and schematic form than in Hotman. (KINGDON, 1970, p. XXXIX). This is a work that clearly and convincingly exposes the theory that would justify the armed resistance of the French Huguenots to the French magistrate. The author is Théodore de Bèze, Calvin's friend and right-hand man.

In the work the Law of Magistrates, it is necessary to emphasize that Bèze, in dealing with the resistance to the tyrants, insists on qualifying them in two ways:

[They] are two kinds of tyrants: those who come from the usurpation of power and whose origin is therefore suspect and unjust; the tyrant of origin causes, by his iniquity, a just national resistance extended to all citizens. The manifest tyrant, however, possesses titles in good standing: legitimate king in theory, the opposition of his subjects could have no other purpose than to make it so practical and not to dethrone it; and everything would be in order, and the state would return to its original equilibrium (MESNARD, 1951, p. 317).

Bèze (1970, p.4) is part of a Christian tradition which recognizes that the magistrate receives his power directly from God, and therefore his limit of action would be the principles set forth in the Bible:

Say in such a way that the authority of magistrates, some great and powerful, is limited to two terminals that God himself has planted in them, namely, piety and charity, and even if they can go abroad, they must remember the Words of the apostles: It is better to obey God than to men.

If it is better to obey God than to men, when they are magistrates and disobey the divine commandments, they must be disobeyed: The *metron* of the political order can only be the divine, never human, because no will but divine Is perpetual and unchangeable, the rule of all righteousness (ROMAN, 2008, p.5). Bèze's writing was meant to be a Calvinist response to the episodes that involved St. Bartholomew's Night, but eventually went further and sanctioned among Calvinist groups the possibility of tyrannicide. In addition to criticizing the absolute power of kings, Bèze still works with the possibility not only of resisting the tyrant, but also of executing it: He authorizes the particular to the execution of the tyrannical ruler and enemy of the divine orders, if the magistrates cease to fulfill their duty (ROMANO, 2008, p.5). And this was only possible because Bèze, even in the sixteenth century, already had in mind the contractualist principle. It may be said that Bèze's political doctrine is democratic, or, as Robert Kingdon prefers (WITTE JR, 2007, p 105), it would be better qualified as an embryonic justification for the democratic revolution. In any case, it can be said that this theory has a democratic basis, because power originates in the people.

Another book of great importance for the debate proposed here is published in 1579, under the title of a sonorous and tenebrous time, very common for the time, of *Vindiciae against tyrannos, sive of principis im populum, populiue im principem legitima potestate, Sthephano June Bruto Celta autore, Edimburgi*.

The expression *Vindiciae against tyrannos* can be translated "protest or revenge against tyrants". The book is composed of four parts or, as the work itself says, four questions. Are they:

- If the subjects are obligated and must obey the princes when they order something contrary to the law of God.

- Whether it is lawful to resist a prince who breaks the law of God or ruins the Church. Idem to whom, how and to what extent is lawful.
- Whether it is lawful to resist a prince who oppresses or ruins the state, and how far this resistance extends. Same to whom, how and in what manner is this lawful.
- Whether the neighboring princes can or are obliged, by right, to succor the subjects of other princes afflicted by the true religion or by manifest tyranny.

The Work is a vehement attack, the Machiavelli Nicholas.

It shows, therefore, that it is directed against the bad practices, pernicious, false and maximum pests of *Niccolo Machiavelli*, Florentine, which is said to be the principal cause of the evils that troubled the times. Mentioned several times, Machiavelli is harshly accused, for in his books he has not only stimulated the spirit of many to find the means of stirring up the state by favoring the authority of those who rule, but also laid the foundations of tyranny [...] as evidenced by the detestable precepts and teachings contained in them here and there (CASTRO, 1960, 84).

The massacres committed against the Huguenots were understood by these as an impious and Machiavellian set of policies that were put into practice by Catherine de Medici and her government composed of odious Italians. One can not forget that Catherine is the daughter of the man to whom Machiavelli dedicated *The Prince* (Lorenzo II or Lorenzo de Medici). Queen Catherine is seen as one who was instructed at the feet of the atheist Machiavelli and transmitted these values to her children, who were thirsting to destroy the true religion from the perspective of the Huguenots.

Returning to the book *Vindicie against Tyrannos*, it may be said that the first question raised - If the subjects are obliged and must obey the Princes when they order something contrary to the law of God - is that it guides the whole first chapter.

The author brings up the issue of double contract. In using this expression he had in mind the notion of a verbal contract of Roman law. It is also worth noting that the terms alliance, covenant appear interchangeably in the work. After reinforcing the idea that kings are instituted by God, the author works with the notion that this relation resembles that which was established between lord and vassal in the feudal context.

The vassal is bound by oath to his master and swears that he will be faithful and obedient to him. In the same way, the king solemnly promises to govern according to what is contained in the law of God.

The vassal loses his fief if he commits felony, still losing, according to the law, all his privileges. So also the king loses his right, and sometimes his kingdom is also despised by God, he makes himself comfortable with his enemies, and commits a felony against God. This will seem clearer as we consider the covenant that is contracted between God and the king, because God has bestowed upon His servants the honor of calling them associates. Now we know that there are two kinds of covenant in the consecration of kings: the first between God, the king, and the people, through which the people become God's people; the second between the king and the people, namely, the people will faithfully obey the king who governs with justice. (VINDICIAE AGAINST TYRANNOS, 1689, pp. 7-8)

The notion of a double contract appears very explicitly in this excerpt. In the first, of a religious character, an alliance is established between God, king and people, and the result of this creates obligations and privileges for all parties involved. God promises to care for this people by using their representative, who is the king, and the people automatically become the property of God. In the second, temporal and constitutional contract, there is a relationship between the king and the people, in which he promises to obey the king made up of God - but this relationship is based on a reciprocity of fidelity, since both are mutually obliging debtors To the fulfillment of the promise made to the common creed, that is, God.

Looking for elements in the Old Testament, the author shows that this covenant between God, the king, and the people is something very old and drawn from the Bible. The author reinforces the notion that the people are an active element in the covenant, for although the duty of obedience to the king is clear, this subsists only as long as the latter is faithful to God. If the king should fail to follow God and disregard his part in the covenant, it is the duty of the people, based on the established covenant, to resist the tyrant.

It is therefore up to the magistrates, as representatives of the people and controllers of kings, to resist tyrants and not the people as a whole. It seems clear in the mind of the author that the experience of the Anabaptists, against which Calvin wrote with great propriety, should never be repeated. Resistance to the tyrant yes, but carried out by an aristocracy chosen to represent the people, after all she is the representative of the people, as officers of the kingdom or of the crown, and not of the king. The members of this aristocracy received authority from the people through assemblies of States and can not be deposed except by them. The officers of the kingdom can not be confused with the

king's officers, for they generally have no exemption and are flatterers of the king, whereas they should act with exemption and smoothness always thinking of the common good, as guardians of the current contract. The ordinary people, private individuals without the nobilistical qualifications do not have the right to resistance.

It is clear that the right to resistance and tyrannicide represent a reality in French Calvinism. If everything begins with an affront to religion, in which the contract is broken, culminates in the defense of the property of the nobles, for the common man is forbidden the possibility of resistance. Experiences with the maddened and out-of-control mass are in the minds of both Calvin and the French Calvinists, and the best way to avoid this is to put the right of resistance into the hands of the representatives of the people. Some say that the Calvinists were only able to carry out these transformations in the field of politics because they were never the majority except in Geneva, nowhere in the world. The mark of the Calvinist is to be a pilgrim. With an enormous capacity to metamorphose, Calvinism had to adapt to the most varied places in which it was present, adapting philosophical and political thoughts from its theological presuppositions.

This was the case of the Dutch Revolt, the Puritan Revolution and the American Revolution, events in which Calvinist thought had influence and aided the political formatting of the contemporary Western world.

Althusius is one of these Calvinists who left a huge legacy to think about the organization of the state, from philosophical and theological principles. This is what we will see next.

Philosophical Aspects of the Work of Althusius

There are many philosophical aspects in the work of Althusius, but for the sake of space and purpose we will deal only with a thinker, Peter de la Ramée².

². Science in general and especially Mathematics had a strong penetration in Dutch culture in the late sixteenth and early seventeenth century, and Peter de la Ramée was the great driver of this scientific advance. [Among these thinkers] was the mathematician Rudolf Snellius (1546-1613) a native of Oudewater (like Arminius) trained in Germany, who had imbibed a strong Ramist influence. [...] The latter's son, Willibrord Snellius (1580-1626), also a leading mathematician and admirer of Ramus, continued the tradition established by his father, applying mathematics to a range of scientific problems. Having trained under the great Danish Astronomer Tycho Brahe, some of his work was in the field of mathematical astronomy. He is chiefly remembered, however, for his path-breaking experiments on refraction of light, culminating in his formulation of the law of refraction which bears his name. Most of Snellius work remained unpublished. According to Vossius and Huygens, Descartes subsequently made use of Snellius discoveries in optics without fully acknowledging the fact. (ISRAEL, 1998, p.582)

First of all it is necessary to speak about the thinker who influences Althusius in the logical organization of his work entitled Politics. The logic in question is ramista, that is, it is derived from Pierre de la Ramée (or Peter Ramus - 1515-1572), a French logician, of Calvinist orientation, well renowned in century XVI, but also very controversial and that was dead of the Tragic Night of St. Bartholomew.

Ramism was a mixture of scholasticism and humanism which spread in the sixteenth and seventeenth centuries through northern Europe and the British colonies in North America. Avowedly anti-Aristotelian, it drives toward simplification of all knowledge through a kind of noetic bookkeeping, anti-iconographic and diagrammatic in form, implemented by the new art of typography. Its confident rationalism allies Ramism with the Cartesianism and *Encyclopédisme* which followed it. ([Dictionary of the History of Ideas](#)). Available in: <http://www.lib.virginia.edu/xtf/view?docId=DicHist/uvaGenText/tei/DicHist4.xml;chunk.id=dv4-06>. Access 05/29/2017)

The complementary expression of the title, *Methodically presented* policy of the work of Althusius is a direct influence of *ramist* thought. Pierre de la Ramée can be seen as a thinker who tried to promote a reform of the liberal arts curriculum and the methodology of learning, where he valued dialectics, which until then had been seen as extremely useful for rhetoric but not for demonstrative sciences.

Ramus asserted that dialectics possessed in its entirety three components, namely, nature, art, and practice: God would have endowed all human beings with the gift of natural dialectic, an innate capacity for knowledge; Art or artificial dialectic was the teaching of procedures that reflected the activity of this natural reason; And practice was to exercise with the aid of examples. (KUSUKAWA, 2007, p.175)

As can be seen, Pierre de la Ramée can be defined as an inatist thinker in epistemological terms, hence his critique of Aristotelian thought, both in its original form through the Stagirite and in its Christianized form by Scholasticism. Aristotle and his early and modern commentators were criticized by Pierre de la Ramée because they had not anchored their methods in praxis and examples that facilitated learning, since, as time would have to demonstrate, the importance Of the Calvinist logic will be centered almost exclusively on the pedagogical aspects.

Since there is a natural dialectic, Pierre de la Ramée, he devoted himself to organizing and demonstrating the possibilities of artificial dialectics.

Following Agricultural s subdivision of the Ciceronian dialectic, Ramus dismembers his (artificial) dialectic into *inventio* (search for arguments) and *judicium* (organization of arguments). There are two types of organization of arguments: the syllogism is used to verify the truth or falsity of each of the arguments, whereas the method works with many arguments and orders the material through subdivision. Ramus assumes that the latter would be the Platonic method of *definitio* and *divisio* and the only method to present the material leaving the most general and nature and nature to the previous and advancing to the more concrete. To ensure the inclusion of all relevant material, Ramus applies three rules that he borrows from Aristotle s *Posteriora Analytica*: sentences must be universally true (katà pantós), essentially true (kat autó) and as general as possible (kat hólou proton). He recommends to his students, in addition, to exercise this dialectic through analysis (examination of disputes already made) and genesis (composition of new disputes). Ramus views this dialectic as a logic, applicable to all areas of knowledge, from poetry to mathematics. (KUSUKAWA, 2007, p.175)

Every time Althusius uses in his texts, expressions such as law of method and precepts of logicians, there is a direct reference to the thought of Peter de la Ramée.

The most unmistakable feature of the interpretation of the ramist interpretation of the disposition is its emphasis on method. And of this Althusius, clearly appropriated. Ramus wrote that those who think wisely and methodically descend from the more general idea to the various divisions of it and from there to the particular cases it encompasses. (CARNEY, 2003, p.17)

It is also the *Analytica Posteriora* that Petrus Ramus, made use to build laws, which are the *lex Justitiae*, *lex veritatis* and *lex sapientiae*. The first law, for example, the notion of law or justice indicates that each art or science has its own purpose and this serves as a principle for determining what is appropriate for a given art.

Althusius s employment of the Ramist law of justice is first introduced in the Preface to the first edition, where he says that 'it is necessary always to keep in mind the objectives and form, natural and true, of each art, and to pay careful attention to them, So that we do not exceed the limits established by justice for each art and so reap the fruits of another harvest. (CARNEY, 2003, p.15)

The aim of politics is the maintenance of social life among human beings in Althusius' view, and it is necessary that legal, theological and ethical material be removed from this art.

Politics is the art of bringing men together to establish a common social goal, to cultivate and conserve it. (ALTHUSIUS, 2003, p.103)

It is with the above words that Althusius begins his great work. Contrary to what the phrase may suggest in a quick reading, we are not dealing with a contractalist or want some, of a naturalist. But it is possible to define Althusius as a naturalist.

While some thinkers of the modern state, such as Bodin and Hobbes, who projected the state organized vertically, by the establishment of governmental authority dictating how society should be lived in Althusius, politics must be seen in horizontal form, organizing the social body that offers of itself the structure of power that will lead to a so-called higher power.

Conflict is inevitable, and it is the role of government to manage and moderate it. But Althusius was convinced that human beings will find reasonable ways of living together if they are provided with appropriate institutions allowing them to do so. And these he found in a plurality of smaller and larger communities with self-governing authority, which he called consociations. In his vision, the entire commonwealth is a federal consociation of consociations. Families are kinship consociations. Provinces are made up of many such cities and the rural areas in between. The universal commonwealth finally is composed of a plurality of provinces. Thus far, this is not terribly original, and, indeed, we can easily recognize these structures and institutions in all modern societies. (HUEGLIN, 2015, p.79)

Human beings, in Althusius's view, are compelled to join, are instigated to associate because of the state of weakness and lack in which they are. Here Althusius's dependence on the pessimistic anthropology of Calvinism, which saw in man a being dead in his trespasses and sins, is incapable of responding to the grace of God and totally affected by the sin of Adam. The state of weakness and lack is the fruit of this anthropological condition that finds its deepest roots in the theologies of the apostle Paul and in St. Augustine.

To live this life, no man is self-sufficient (αὐτάρκης) or rather provided by nature. For man is born deprived of all assistance, naked and helpless, as if he had lost all his possessions in a shipwreck, was thrown into the misfortunes of this life, and did not feel himself able to attain his mother's breast by his own means; Inclemency of the time, nor to move of the place where it was thrown. Alone in this terrible beginning of life, with so much weeping and tears, his future seems an enormous and miserable misery. Lacking advice and assistance that, nevertheless, he has no way to help himself but with the intervention and help of others. Even if his body is well developed, he does not use the light of the soul; Even in adulthood, is able to find in himself and before himself those external goods which he needs to lead a comfortable and holy life. (ALTHUSIUS, 2003, pp.103-104)

As can be seen, Althusius philosophical assumptions are real, but they are filtered by a Calvinist worldview that reinterprets all material analyzed and constructed, according to their references. The intention of presenting Pierre de la Ramée in this work is to show that there are innumerable philosophical presuppositions in Althusius, but all of them inherited from an eminently religious rereading.

Theological Aspects of the Work of Althusius

[...] by Protestantism the limits of society are narrowed to the nation or the territorial estate, while its nature is more that of a State than a Church. Or, to phrase it again differently, the medieval mind conceived of its universal Church-State, with power ultimately fixed in the Spiritual head bounded by no territorial frontier; the Protestant mind places all ecclesiastical authority below the jurisdiction and subject to the control of the Godly prince, who is omnipotent in his own dominion. It was not until the exigencies of the situation compelled the Presbyterians to claim rights independent of the State, that the theory of two distinct kingdoms is set forth; [...] In the first phase of the Reformation, it was the civil power that reaped all or most of its fruits. By the destruction of the independence of the Church and its hold on an extra-territorial public opinion, the last obstacle to unity within the State was removed. The secularisation of monastic property meant on the one hand an increase of wealth to the prince, on the other it restored a large mass of inhabitants to the jurisdiction of the ordinary authority. (FIGGS, 1999, pp.45-46)

As with philosophical aspects, we will also give prominence to an author and his influence in the theological field in the thought of Johannes Althusius.

Thinking of natural law, Althusius knew that she had many names that were given throughout the construction of the Christian tradition. It could be called godly law, divine law, moral law, natural justice, natural equity, law of conscience, common law, and others, all of which function as synonyms and are interchangeable. Althusius knew that the traditional formula of traditional scholastic thinking and the neo-scholasticism of his day were based on the idea that natural law is given to all people in an innate way or a natural knowledge of good and evil (called *synderesis*), and that through pious exercise, people can come to understand this natural law and apply it in concrete cases.

But Althusius also recognized that, throughout history, persons and peoples have reached different formulations and applications of the natural law. Even avowed Christian societies today, persons have different degrees of this natural knowledge and inclination. This law is not evidently inscribed equally on the hearts of all. The knowledge of it is communicated more abundantly to some and more sparingly to others, according to the will and judgment of God [...] Communities have widely variant customs, natures, attitudes, and viewpoints that are affected by the age, condition, circumstances, and education of their members. There is no universal code of written natural law to consult. So, how can we be sure of natural law's norms and contents? We can know the norms of the natural if we study both Scripture and tradition, revelation and reason very carefully, Althusius argued. (WITTE, 2007, pp.158-159)

As can be seen in the above quotation, Althusius distrusts the natural law, for though it may be inborn, it may or may not be applied, in seeking a solid principle to anchor its ideas, Althusius resorts to the old Protestant principle of *Sola Scriptura*, which deals with the Ten Commandments and the teachings of Moses and the Prophets, in addition, it is clear from Christ and the apostle Paul.

The theology of the Covenant, both in the Old Testament primarily and in the New Testament, refigured in the person and work of Jesus Christ, is of fundamental importance in understanding Althusius' legal and political thinking.

Covenant Theology is a framework for understanding the overarching storyline of the Bible, which emphasizes that God's redemptive plan and his dealings with mankind are without exception worked out in accordance with the covenants that he has sovereignly established. Although the importance of the divine covenants has been realized since the time of the earliest church fathers, Covenant Theology was not articulated as a thoroughly developed system, taking into account the entire extent of biblical revelation, until the days of the sixteenth and seventeenth

century reformers, such as the influential Johannes Cocceius and Herman Witsius. The Westminster Confession of Faith is a landmark seventeenth century document that displays a robust, fully-developed Covenant Theology throughout. Basically, Covenant Theology organizes biblical revelation around three unified but distinct covenants: the Covenant of Redemption, between the persons of the Trinity in eternity past, in which the Father promises to give a people to the Son as his inheritance, and the Son undertakes to redeem them; the Covenant of Works, which God enjoined upon Adam in the Garden, solemnly promising him eternal life if he passed the probationary test in the Garden of Eden (also, many covenant theologians see the covenant given on Mount Sinai as being in some sense a republication of the Covenant of Works); and finally, the Covenant of Grace, which God first entered into with Adam immediately after the Fall, when he promised to send a Seed of the woman, who would defeat the tempting serpent (Gen. 3:15). In the Covenant of Grace, God promises a champion to fulfill the broken Covenant of Works as a federal representative of his people, and so to earn its blessings in their behalf. All the later covenants of the bible, such as those which God confirmed to Noah, Abraham, David, and the New Covenant which promises to fulfill these prior covenants in the prophecies of Jeremiah and Ezekiel, are all organically connected, essentially being different administrations of the one eternal Covenant of Grace, which build upon each other and are all brought to completion in the New Covenant which Christ inaugurated with his shed blood. (Available in: <https://www.monergism.com/thethreshold/articles/onsite/qna/covenant.html>. Access 30/05/2017

The implications that Alliance Theology offers are manifold, we would like to emphasize only how it ends up in the political arena. As was said at the outset of this work, the works of the French monarchs had a great influence on all modernity and, in the case of our interest here, on Althusius as well.

Althusius was a reader of the works *Du Droit des Magistrat, Francogallia* and *Vindiciae Against Tyranos*, and reproduces almost integrally the program developed by the *monarcômacos*. In Althusius, the theory of resistance and revolt against tyrants follows the logic of every Calvinist tradition. Like Calvin, Althusius calls *moderate, structured and orderly*, resistance to the tyrant, without popular insurrection or private regicide that could lead to anarchy. Like Bèze, he defines tyrants as magistrates who have violated their political pacts or alliances with God and the people - particularly the foundations of God's laws and nature and the fundamental rights of people and peoples. Like many Calvinist writers who worked on the theory of resistance, Althusius distinguished between tyrants usurpers of power and legitimate rulers who became tyrants. Usurpers are only private persons who can be resisted by anyone in the exercise of the right to self-defense. Legitimate rulers who have become tyrants, however, can be resisted only through the organized efforts of representatives (*éforos*) who have been called to remove tyrants by means as ordered as possible - but with all war effort if necessary, as in the exemplary case of the *Dutch Revolt* against tyrannical Spain.

As society is symbiotic and is built from the least to the greatest, through the representation and in a relationship of piety and obedience of the magistrate regarding the will of God expressed in the Scriptures, when there is a break of the covenant on the part of the ruler, the people has the right of resistance. It is clear that the right to resist works as a bitter but certainly effective remedy to combat one who is bringing damage to the social body.

The nature of just and correct administration must have been sufficiently clear of all that has been said. We will now shed light on the opposite, which is tyranny, and we will add the remedies with which the community can free itself from this great evil and protect itself against it. Tyranny is the opposite of just and correct administration. The tyrant is one who, violating both the word and the oath, begins to shake the foundations and loosen the bonds of the associated body of the community. (ALTHUSIUS, 2003, p. 349)

The Theology of Althusius is amalgamated in biblical principles and naturally leads to the political organization of society. The breaking of the alliance affords the opportunity of resistance to the tyrant. It is, therefore, a politically engaged theology.

In this work of practicing a theology politically engaged and faithful to its theological presuppositions, three schools or universities become very important in this context of the sixteenth century, they are: the University of Heidelberg, the Casimirianum and the Academy of Herborn. In them federal theology found acceptance and space for development between the sixteenth century and, especially in the seventeenth century.

The University of Heidelberg became a Reformed school of theology between 1559 and 1561. The school was under control of the State, and thus when Elector Otto Heinrich died in 1559 faculty appointments came under the control of the succeeding Elector, Friedrich III, the Pious. Friedrich wished make the university a school which was distinctly Calvinistic in outlook, and so in the succeeding years he managed to draw men such as Ursinus, Olevianus, Zanchius, Tremelius, Tossanus, and Junius to the faculty. [...] However, Johann Ludwig's brother, Johann Casimir, kept to the Reformed faith of this father and invited the students and faculty of Collegium Sapientiae at Heidelberg and the Reformed members and students of the Faculty of Theology of the University of Heidelberg to join him in founding a new school, the Casimirianum, to be located in Neustadt an der Hardt, one of the small cities of Palatinate which Casimir controlled. [...] In 1583, another school was founded by the House of Orange which would continue some of the teaching that had come out of Heidelberg. The

Herborn Academy was sponsored by the House of Nassau, specifically by Count Johann von Nassau, or Johann der Ältere. The school taught theology and jurisprudence, among other subjects. Its first theology professor were Olevianus and Johannes Piscator, who earlier had been a student at Heidelberg. Its first Professor of Jurisprudence was Johannes Althusius (1557-1638). While the school was strongly Reformed doctrine, it adopted more modern methodological techniques, one of which was Ramistic Philosophy, which was to have an important influence in the development of the federal theology. [...] The federal theology emerged out these three schools, from whence it spread all over Europe. (WEIR, 2004, pp.123-125)

It is interesting to note how the reformed worldview of the beginning of Modernity sought to occupy some privileged spaces for the propagation of its values. The academic environment was one of these spaces, and the Universities served as true laboratories for the application of theological lessons drawn from a type of biblical reading, which in turn molded the other fields of knowledge. For these Calvinists, revelation occupied all the spaces of life, giving them a tone of sacredness that should submit to the general rule of Revelation. Althusius is a product of this mentality, for he was someone who sought to think the dilemmas of his time from an eminently theological world view. Perhaps because of this, their role has been so neglected by contemporary authors, which undoubtedly is a great injustice. Althusius, when read in its context and understood from its assumptions can still be of great relevance to contemporary society.

Final considerations

Undoubtedly, Althusius was one of the great thinkers of the articulation and organization of the Modern State. His work still echoes and assists in understanding some contemporary problems. In this work, we try to show how the thought and work of Althusius represent the convergence of several traditions. The works of the monarchs of the sixteenth century exerted a strong influence on the thought of a German jurist who left strong contributions to the newly independent Republic of the Netherlands. But it was also important to point out that Althusius' thinking expresses in a very peculiar way a strong influence of the Calvinist worldview of the beginning of modernity. Whether for the ramist influence that is visible in his work, or through the strength of Alliance

theology, Althusius can think and propose political, social and legal solutions for his time. It is interesting to note that his greatest cognitive force became his greatest weakness, for as modernity advanced and left all religious legacy behind, Althusius thought was regarded as surpassed and naively articulated. The purpose of this work was to point out the outstanding influences of philosophy and theology on the thought and work of Johannes Althusius, in order to expose the prejudice that still prevails against this author, showing that despite some obvious limitations imposed by time and circumstances, his work remains valid for our time.

Bibliographic references

ALTHUSIUS, J. (2003) **Política metodicamente apresentada e ilustrada com exemplos sagrados e profanos**. Rio de Janeiro: Topbooks.

BOBBIO, N. (1997) **A Teoria das Formas de Governo**. Brasília: UNB.

BOÉTIE. É. (2009) **Discurso sobre a servidão voluntária**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BURNS, J. H., GOLDIE, M. (2008). **Political Thought (1450-1700)**. New York: Cambridge University Press.

CHAUNU, P. (1981) **Eglise, culture et societe**: Essais sur Reforme et Contre-Reforme, 1517-1620. French: Societe d edition d enseignement superieur.

CHAUNU, P. (1975). **Le temps des Réformes**: Histoire religieuse et système de civilisation, La crise de la chrétienté, l Eclatement (1250-1550). Hachette Littérature.

KAPLAN, B. J. (2009) **Divided by Faith: Religious Conflict and the Practice of Toleration in Early Modern Europe**. Harvard University Press.

FIGGS, J. N. (2017) **Political Thought from Gerson to Grotius: 1414–1625: Seven Studies**. Disponível em: <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/figgis/PoliticalTheory.pdf>. Acesso em 29/05/2017.

GELDEREN, M. (2006) **The Dutch Revolt**. Cambridge: Cambridge University Press.

GORSKI, P. S. (2003) **The Disciplinary Revolution: Calvinism and the Rise of the State in Early Modern Europe**. Chicago and London: The University of Chicago Press.

GORSKI, P. S. (2017) **American Covenant: A History of Civil Religion from the Puritans to the Present**. New Jersey: Princeton University Press, 2017.

HAUSER, H. R. (1929). **Les Debuts de L'Age Moderne La Renaissance et la Reforme**. Librairie Felix Alcan.

HAUSER, H. R. (1956). **Les Debuts De L'Age Moderne**. 4ed. Presses Universitaires De France.

HILL, C. (1967) **Reformation to Industrial Revolution**. Littlehampton Book Services Ltd.

HILL, C. (1978). **Reformation to Industrial Revolution 1530 - 1780 (Pelican Economic History of Britain, Vol. 2)**. Evanston: Penguin Books.

HOTMAN, F. (1644) **A patterne of Popish peace. Or A peace of Papists with Protestants Beginning in articles, leagues, oathes, and a marriage. And ending in a bloody massacre of many thousand Protestants**. London: Early English Books Online – EEBO Editions.

HOTMAN, F. (2007) **Franco-Gallia: Or An Account of the Ancient Free State of France, and most other parts of Europe, before the loss of their liberties**. Charleston: Bibliobazaar.

HUEGLIN, T.; FENNA, A. (2015) **Comparative Federalism: A Systematic Inquiry**. Ontario: University Toronto Press.

ISRAEL, J. I. (1998) **The Dutch Republic. Its rise, greatness, and fall**. Oxford University Press.

KOSSMANN, E.H.; MELLINK, A.F. (2008) **Texts concerning the revolt of the Netherlands**. Cambridge: Cambridge University Press.

KOSSMANN, E. H. (2004) **Political Thought in the Dutch Republic: Three Studies**. Chicago: Edita-the Publishing House of the Royal.

KOSSMAN, J. A; PUTTO, E. H. K.. (1989) **The Low Countries: History Of The Northern And Southern Netherlands**. Flemish-Netherlands.

KUSUKAWA, S. P. R. (2007) **Reforma e método**. In: BLUM, Paul Richard. (Org.). *Filósofos da Renascença*. São Leopoldo: UNISINOS.

LECLER, J. (1994) **Histoire de La Tolerance Au Siecle de La Reforme (Collections Histoire)**. Albin Michel, French Edition.

LECLER, J. (1952). **The Two Sovereignities: A Study of the Relationship Between Church and State**. Philosophical Library.

MARQUET, C. (1989). **Le protestantisme**. Grancher.

NOBBS, D. (1938) **Theocracy and Toleration: A Study of the Disputes in Dutch Calvinism from 1600 to 1650**. Cambridge: Cambridge University Press.

WEIR, D. A. D. M. (2004) **The Origins of the Federal Theology in Sixteenth-Century Reformation Thought**. Oxford: Oxford University Press.

WITTE JÚNIOR, J. (2007) **The Reformation of Rights: law, religion, and human rights in early modern calvinism**. Cambridge: Cambridge University Press.